

Acção Socialista

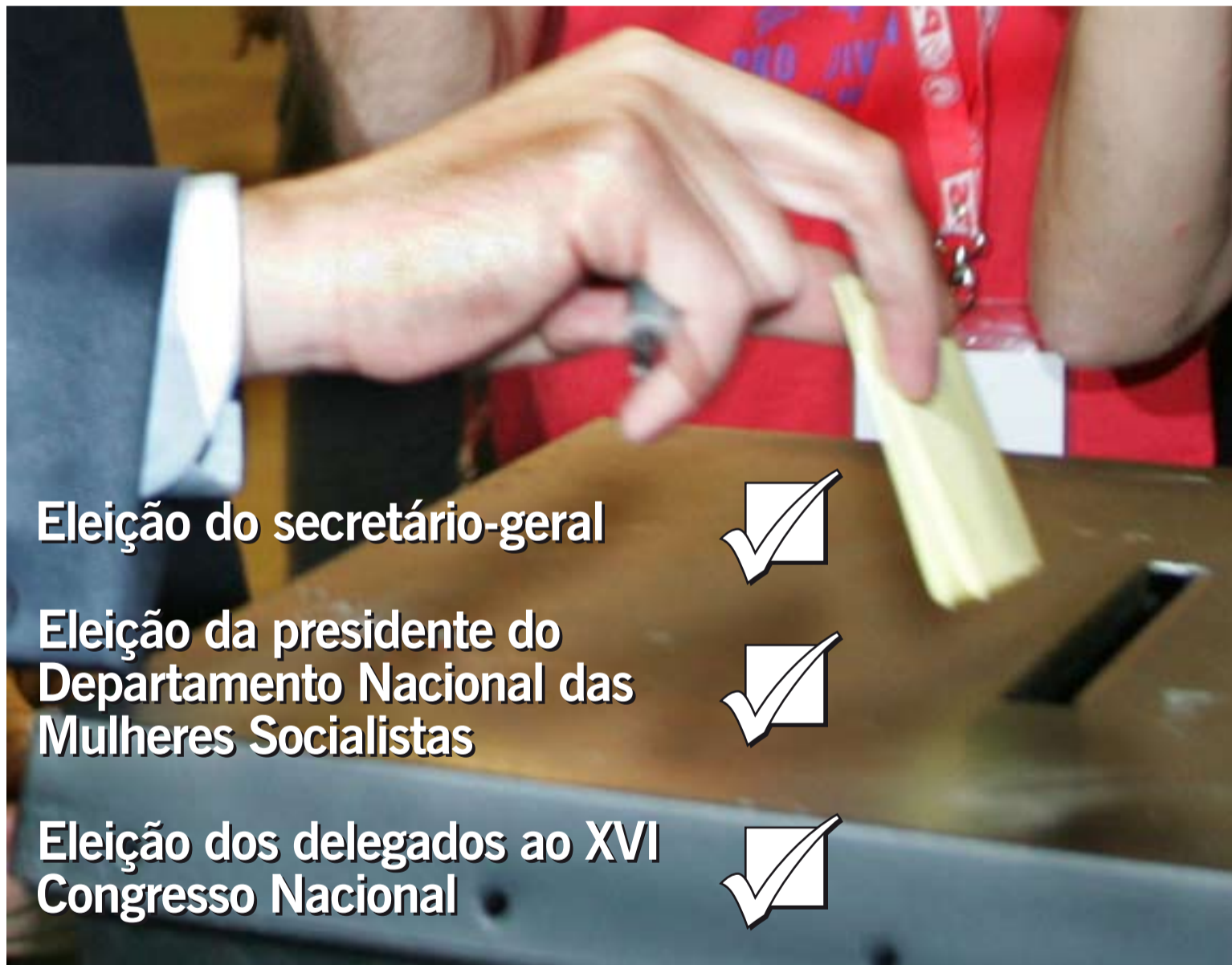


N.º 1321 6 Fevereiro 2009

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

PS VOTA A 13 E 14 DE FEVEREIRO



Eleição do secretário-geral



Eleição da presidente do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas



Eleição dos delegados ao XVI Congresso Nacional



Gaia com Joaquim Couto



15

Portimão quer Manuel da Luz



14

Fernando Vasco à conquista do Sardoal



12

Colaboram nesta edição:

Luís Ameixa, José Lello, Paula Nobre de Deus, Luís Miguel Ferreira e Capoulas Santos

Regionalização
Porque Portugal precisa

Opinião de:
Carlos Zorrinho, Joaquim Morão, Maria da Luz Rosinha, Miguel Freitas e Renato Sampaio

3

Elisa Ferreira quer o Porto como coração do Norte

Relançar o Porto para que ele seja "o coração do Norte" é o objectivo central da candidatura socialista à presidência da autarquia portuense encabeçada por Elisa Ferreira.

19

XVI'09
CONGRESSO NACIONAL

Destacável CONGRESSO



27, 28 Fev. e 1 Mar Nave Polivalente de Espinho

OPINIÃO



LUÍS PITA AMEIXA
Deputado do PS

Agora, oficiosa e automaticamente, todas as cidadãs e todos cidadãos são inscritos [no recenseamento eleitoral]

AUTÁRQUICAS 2009 – ELEITORADO ALTERADO

MORRERAM o cartão de eleitor e o STAPE.

Já não se emitem novos cartões de eleitor e a administração eleitoral do Estado, antes a cargo do Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral (STAPE), compete agora à Direcção-geral da Administração Interna (DGAI).

O recenseamento eleitoral, modernizado, fazendo uso pleno das novas tecnologias de informação e comunicação (as famosas e hodiernas TIC), dispensou aquelas figuras e aliou-se agora ao novel cartão de cidadão.

Presentemente já ninguém tem de se ir inscrever no recenseamento (não vamos falar das excepções para emigrantes e imigrantes).

Agora, oficiosa e automaticamente, todas as cidadãs e todos cidadãos são inscritos.

Esta inscrição é feita aos 17 anos, de modo a garantir que, quando cheguem aos 18 anos, desde que os atinjam inclusive até ao próprio dia do acto de votação, são logo incluídos nos cadernos eleitorais, tendo assegurado o direito de voto.

Assim se ganhou um melhor cumprimento do comando da Constituição segundo o qual têm direito de sufrágio todos os cidadãos maiores de 18 anos.

A ligação automática entre o recenseamento e os serviços de identificação (civil, militar, de estrangeiros) permite também uma actualização permanente de todos os dados do eleitor e do universo de recenseados em cada circunscrição. A todo o tempo tudo está certo e actual.

Os chamados eleitores-fantasmas (avolumam o eleitorado e empolam a abstenção), sejam aqueles que, por óbito ou outra razão, perdem a capacidade eleitoral, sejam casos de eventuais duplas inscrições, são também detectáveis e, em consequência, eliminados, de modo muito mais eficaz e imediato.

A ligação ao cartão de cidadão implica que a morada que neste constar é a que vai valer para o recenseamento eleitoral (como também para efeitos fiscais, da segurança social e dos serviços de saúde).

Por conseguinte, aquela hipótese (tão verificada) de pessoas que moram num local, onde têm o seu centro de vida, mas vão votar noutra (por inércia ou, quiçá, por escolha criteriosa...) acabará.

A obrigatória coincidência (que sempre existiu) agora torna-se automática e efectiva.

Esta realidade vai fazendo caminho à medida que o cartão de cidadão vai chegando aos ditos e às ditas (cidadãos e cidadãs) – e já são meio milhão! Por isso, o eleitorado está a ser alterado na exacta medida em que aquela desconformidade existisse. E alguma era, é.

Há pois que ter atenção a isso, tanta como à entrada dos novos eleitores dezoitoanistas.

O recenseamento eleitoral, que se baseia na matriz territorial das freguesias, comporta um grau adequado de transparência que nos permite, na preparação dos actos eleitorais, considerar os seus dados.

As comissões recenseadoras, que são constituídas por todos os membros da Junta de Freguesia e por delegados indicados pelos partidos políticos e grupos políticos autárquicos, têm acesso às alterações do recenseamento e a várias estatísticas dos movimentos ocorridos.

E os partidos políticos têm direito a pedir informações e a uma cópia integral dos cadernos (artigo 29º, nº 1, alínea c), da Lei n.º 13/99, de 22 de Março).

E mesmo você, eventual leitor, pode já ir ver o seu recenseamento pessoal pela Internet (<http://recenseamento.mai.gov.pt>) ou, até, por SMS, para o 3838, com a seguinte mensagem: RE <espaço> n.º de identificação civil, sem check.digito <espaço> data de nascimento AAAAMMDD.

É mesmo simplex!

Clube de reflexão política A Linha

Militantes debateram moções globais ao XVI Congresso

A ideia de que o PS é a única força política capaz de garantir a estabilidade, a modernização do país e o progresso social foi o traço comum das intervenções dos representantes das três moções de orientação nacional ao Congresso de Espinho, no debate organizado pelo clube de reflexão política A Linha, que decorreu, no dia 4, na sede nacional do Largo do Rato.

J. C. CASTELO BRANCO

O PRIMEIRO orador, Augusto Santos Silva, co-autor da moção “PS: A Força da Mudança”, cujo primeiro subscritor é o secretário-geral, José Sócrates, sublinhou que o espaço comum do partido representado pela três moções defende, ao contrário da direita, uma Segurança Social Pública, é contra a privatização da Caixa Geral de Depósitos, não considera que os mercados possam ser auto-reguláveis, como a actual crise veio demonstrar, e é contra campanhas políticas “miseráveis” com base em insinuações e ataques pessoais como a que foi lançada pela JSD contra o primeiro-ministro, “com o beneplácito da direcção do PSD”.

Mas também, acrescentou, nenhuma das três moções propõe que, excepto as funções de soberania, as restantes actividades do Estado possam ser entregues à exploração da iniciativa privada, como preconizam os partidos de direita.

Por outro lado, Augusto Santos Silva referiu que a moção “PS: A Força da Mudança” reflecte a linha



de rumo que tem inspirado a acção do Governo, que passa pela aposta na modernização da economia, pela prioridade à inovação e qualificação e pela implementação de políticas sociais inovadoras. E voltou a defender que “o PS deve lutar pela renovação da maioria absoluta”, um objectivo que, disse, “está ao nosso alcance”.

A segunda intervenção coube a Fonseca Ferreira, pela moção “Mudar o PS, para Mudar Portugal”, que sublinhou que o documento de que é primeiro subscritor pretende contribuir para “o reforço do PS, onde actualmente há pouco debate de ideias e participação dos militantes, como partido central da esquerda e da governabilidade do país”. Para este camarada, a participação no “debate da renovação da esquerda” é a forma de apresentar propostas “para mudar o desenvolvimento que temos, muito assente ainda nas actividades rendistas, como a construção civil e a acumulação capitalista”, reconhecendo embora o “esforço que tem sido feito pelo Governo no sentido da modernização do país”.

Já António Brotas, primeiro sub-

scritor da moção “Democracia e Socialismo”, defendeu que as três moções não sejam apresentadas em alternativa, sublinhando que o seu documento “fala de Portugal de uma maneira pouco habitual”, já que, no seu entender, o nosso país “não é uma jovem democracia, mas sim uma antiquíssima democracia, não havendo nenhum país da Europa que tenha na sua literatura um historiador como Fernão Lopes”.

Na sua intervenção, António Brotas manifestou-se ainda contra a privatização da ANA, contra o desmantelamento do Hospital D. Estefânia para construir outras unidades hospitalares, e considerou “um grave erro” a venda do Hospital de Arroios a privados para ali se construir mais um condomínio de luxo. “Era um edifício ideal e com as condições ideais para ali se fazer um hospital de retaguarda”, disse.

Numa sessão muito participada e aberta à Comunicação Social, vários camaradas deram o seu contributo através das questões colocadas e das considerações que fizeram sobre cada um dos documentos que vão ser discutidos no XVI Congresso do PS.

Sócrates defende acordo sobre regiões administrativas antes do referendo à regionalização

JOSÉ Sócrates foi a Évora defender um “consenso político” em torno da criação das regiões administrativas, o que, em sua opinião, deveria acontecer antes de se referendar a regionalização.

A capital alentejana foi a cidade escolhida pelo secretário-geral do Partido Socialista para fazer a primeira apresentação da sua moção ao próximo Congresso “A Força da Mudança”, documento com que se recandidata ao lugar.

Na intervenção que fez no encontro de Évora, Sócrates defendeu que a obrigação de qualquer líder político “é apresentar propostas para resolver os problemas”, numa óbvia referência à crise actual financeira e económica internacional.

Durante esta reunião com os militantes, o líder socialista falou do presente e das suas propostas para o futuro, não deixando de criticar os partidos da oposição, lembrando que o país “já está cansado daqueles que passam a vida a dizer aos portugueses o que é que não podemos fazer”.

Combater o desemprego e abrir novas e sustentadas janelas de oportunidades de emprego “é a questão política mais relevante de momento”, disse, recordando que nos últimos três anos foi o Governo do PS que pôs as contas públicas em ordem.

“Eu nem quero sonhar aquilo que seria se nós tivéssemos a enfrentar a crise global com um

défice de 6,8%”, acentuou.

Entre as diversas propostas inscritas na moção de que é primeiro subscritor, destacam-se a defesa do casamento entre pessoas do mesmo sexo e o referendo à regionalização.

Para além de defender o investimento público “em vez do abaixamento dos impostos”, a moção propõe ainda limitar as deduções fiscais dos contribuintes com maiores rendimentos em benefício da classe média.

O secretário-geral socialista irá ainda deslocar-se a Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Porto e Viseu para apresentar aos militantes a moção de que é primeiro proponente. R.S.A.

Novo paradigma nas políticas de igualdade de género

IMPULSIONAR a passagem da paridade nas listas de candidatos a uma paridade efectiva no processo de decisão nas mais diversas esferas da vida em sociedade é a prioridade central do Programa Eleitoral de Maria Manuela Augusto (ver página 4 desta edição), que se recandidata à presidência do Departamento Nacional de Mulheres do Partido Socialista (DNMS) para fortalecer e dar continuidade à obra feita no mandato que agora termina.

“Valeu a pena todo o trabalho realizado em equipa e em colaboração com os outros órgãos do Partido Socialista, bem como a relação estabelecida com as organizações lusófonas e internacionais de mulheres. O saldo deste mandato é muito positivo”, declarou a camarada Manuela Augusto ao “Acção Socialista”, numa conversa na qual considerou estarem agora “criadas as condições para avançar rumo ao novo paradigma das políticas de igualdade do século XXI”.

E lembrou de seguida os mais recentes progressos das políticas de igualdade de género, fruto, segundo indicou, da “parceria” entre o Governo do PS, a bancada parlamentar socialista, o partido em geral e o DNMS em particular.

“Agora é preciso dar o salto para um novo patamar da igualdade de género, em que as mulheres passem a co-participar activamente nas decisões aos mais diversos níveis”, reafirmou Manuela Augusto.

No capítulo dos projectos a concretizar num próximo mandato, a dirigente socialista referiu a consolidação do trabalho realizado em rede no âmbito das estruturas



federativas de mulheres no partido e a defesa de uma política de educação que ajude a prevenir e combater a violência doméstica, a nível nacional.

Refira-se que a eleição da presidente do DNMS decorrerá em simultâneo com a eleição directa do secretário-geral do PS.

Nesta recandidatura, Maria Manuela Augusto propõe um Conselho Político alargado a 100 membros (50 efectivos e 50 suplentes).

De salientar que, no âmbito do

novo Regulamento do DNMS aprovado no mandato anterior, as 19 presidentes dos departamentos federativos e as presidentes regionais passam a ser membros inerentes do Conselho Político com plenos direitos.

“Temos uma equipa maior. Estamos a abrir espaço a uma maior participação”, sublinhou Maria Manuela Augusto, cuja candidatura à liderança do DNMS tem Edite Estrela como mandatária e Celeste Correia como presidente da Comissão de Honra. **M.R.**

OPINIÃO

CARLOS ZORRINHO
JOAQUIM MORÃO
MARIA DA LUZ
ROSINHA
MIGUEL FREITAS
RENATO SAMPAIO

Portugal precisa de consolidar uma estrutura regional com escala apropriada, competências, autoridade e poder de decisão, capaz de assumir projectos, definir prioridades e coordenar as acções, num quadro transparente de responsabilização política

REGIONALIZAÇÃO PORQUE PORTUGAL PRECISA

PORTUGAL precisa da regionalização como processo impulsionador duma administração pública mais eficaz e duma nova dinâmica de desenvolvimento territorial.

A criação de regiões administrativas será também indutora de uma profunda reforma do Estado. A sua concretização permitirá abrir a discussão séria sobre a organização territorial, nomeadamente, ao nível dos concelhos e das freguesias. Estão em causa questões de dimensão, de competências e de qualidade na gestão, com impacto na qualidade de vida das pessoas.

Muitos dos problemas das pessoas e dos territórios já não encontram resposta suficiente à escala municipal e exigem uma proximidade de decisão para a qual a administração central não tem, muitas vezes, compreensão nem vocação. É preciso mais descentralização de competências e coordenação na acção.

O associativismo intermunicipal e a existência das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto não resolveram muitos dos problemas que exigiam articulação e intervenção supramunicipal, sendo evidentes as dificuldades em obter consensos, desde logo, na concepção de projectos e partilha de competências.

Por isso, Portugal precisa de consolidar uma estrutura regional com escala apropriada, competências, autoridade e poder de decisão, capaz de assumir projectos, definir prioridades e coordenar as acções, num quadro transparente de responsabilização política.

Dar respostas à economia e à sociedade, gerindo melhor os dinheiros públicos, com uma visão a partir do território e uma administração regional devidamente reorganizada, dimensionada, orientada e motivada, eis o que se pretende com a regionalização.

O país tem cinco regiões-plano, com nexos territorial e coerência administrativa. Com estas regiões é possível uma ampla convergência quanto ao mapa da regionalização.

Para que a regionalização avance deve haver um referendo na próxima legislatura. Honrando um compromisso. Por respeito pelos portugueses. O referendo é um claro sinal da importância que se atribui à opinião dos portugueses. E porque os princípios são para respeitar também se deve manter a questão da simultaneidade que a Constituição consagra sobre o referendo da regionalização, já que o resultado do mesmo terá uma leitura nacional e não regionalizada. Significando que qualquer que seja o resultado, deve ser respeitado no seu todo, sem equívocos regionais.

Para ganhar esse referendo é preciso não ter dúvidas. É preciso um país esclarecido quanto às vantagens, às competências, órgãos e financiamento da regionalização e envolvido na decisão sobre esta grande reforma do país. A regionalização não se pode reduzir a uma questão entre partidos. A regionalização é para ser discutida, decidida e assumida pelos portugueses.

O país e as pessoas conscientes da importância da sua decisão farão avançar a regionalização.

Como dirigentes nacionais do Partido Socialista com forte ligação às diferentes regiões consideramos determinante que este tema seja debatido de forma aprofundada no XVI Congresso do PS que decorre em Espinho de 27 de Fevereiro a 1 de Março e para o qual contribuiremos com a apresentação duma moção sectorial. Para essa moção e para a sua discussão apelamos ao contributo e à participação de todos os militantes.

CONSELHO POLÍTICO DA CANDIDATURA

Ana Couto
Fátima Pimenta
Isabel Sena Lino
Rosalina Santos
Isabel Jorge
Maria José Baptista
Sofia Isabel Cabral
Ângela Pinto Correia
Paula Cristina Ferreira
Catarina Rodrigues
Maria Helena Viveiros
Sara Maria Velez
Fernanda Asseiceira
Aldemira Pinho
Ana Isabel Alves Dias
Rita Miguel
Zelinda Semedo
Ana Raquel Soudo
Maria Goretti Carneiro
Conceição Marinho
Maria da Graça Guerra
Maria Fernanda Sousa
Luísa Diego Lisboa
Ana Paula Pereira
Ondina Margo
Maria Elisabete Lemos

Catarina Augusta Durão
Ana Maria Silva
Maria Natividade Luz
Isabel Vigia
Mafalda Gonçalves
Sandra Marisa Vitorino
Esmeralda Ramires
Maria José Gambôa
Teodora Freire
Maria Augusta Santos
Maria Odete Guimarães
Telma Leitão
Maria Fernanda Macedo
Elisa Vaz
Maria Teresa Coelho
Maria Manuela Jardim
Maria Zulmira Gama
Clara Pinto
Maria José Silva
Alcina Trindade
Cristiana Mendes
Maria de Fátima Gandarela
Isaura Gonçalves
Luísa Salgueiro

Suplentes
Joana Lima
Maria Ferronha
Isabel Coutinho
Helena Domingues
Sandra David
Patrícia Monteiro
Ana Palmira Cruz
Catarina Furtado
Paula Cristina Vaz
Célia Pessegueiro
Marina Lopes Honório
Ana Maria Santos
Andreia Catilina Simões
Carla Sofia Cavaleiro
Manuela Ferreira
Carla Mocito
Cristina Granada
Maria Alice Fialho
Ana Margarida Dias
Ana Duarte
Teresa Alexandra Félix
Andreia Filipa Andrade
Lurdes Ferreira
Maria Isabel Oliveira
Mariana Caixeirinho

Regina Fontes
Andreia Cardoso
Edite Maria Santos
Marisa Almeida
Hermenegilda Guimarães
Maria Gonçalves
Sara Gomes Brito
Luísa Maria Carrilho
Maria Rafaela Costa
Ana Cristina Pereira
Maria Fátima Ferreira
Maria de Lurdes Piriquito
Maria Teresa Rosmaninho
Isaura Martinho
Ana Maria Ferreira
Ivanilda Barros Nunes
Maria Luísa Barreto
Ana Cristina Correia
Carmen Navarro
Ana Filipa Laborinho
Ana Macedo
Sílvia Azevedo
Rosa Maria Matos
Fabiola Ribeiro
Eduarda Barros

PROGRAMA ELEITORAL DA CANDIDATURA DE MARIA MANUELA AUGUSTO AO DEPARTAMENTO NACIONAL DAS MULHERES SOCIALISTAS

As Mulheres Socialistas apresentaram, ao XV Congresso Nacional (2006), a Moção Sectorial "Parceiros Iguais – Cidadania Plena".

Fizémo-lo no entendimento de que uma sociedade mais justa e solidária, uma sociedade de parceiros iguais, materializa os valores do socialismo democrático.

Os valores republicanos da liberdade, da igualdade e da solidariedade, aos quais o Partido Socialista se mantém fiel, devem orientar a acção política para a construção de uma sociedade onde Homens e Mulheres possam participar no processo de decisão, em condições de igualdade.

O Partido Socialista deve construir uma sociedade onde se garanta aos homens o direito à vida familiar, às crianças o direito à participação equilibrada da mãe e do pai no seu desenvolvimento e às mulheres a sua afirmação também na esfera pública.

É nossa convicção que a carreira profissional não é um direito reservado aos homens, nem a família é um dever reservado às mulheres.

A construção de uma democracia plena implica que aos homens e às mulheres seja reconhecido igual valor, igual competência igual mérito, não só para aprender e executar, mas também para gerir e decidir.

Será, então, aceitável que as mulheres ainda estejam tão pouco representadas nos órgãos de poder?

Poderemos, então, resignar-nos ao facto de Administração Pública, Empresas, Forças Armadas e de Segurança, Igrejas ... evidenciarem ainda um acentuado desequilíbrio na tomada de decisão?

É evidente que não!

Impõe-se uma visão de futuro sobre os centros de decisão da Administração Pública, onde existe um claro défice de representação das mulheres.

O Partido Socialista tem de assumir o desafio de criar também instrumentos de paridade na composição dos órgãos de decisão.

A promoção da Igualdade entre Homens e Mulheres deve continuar a ser encarada de uma forma aberta, plural e transversal.

Por isso, nos recandidatamos a um novo mandato. Porque acreditamos na acção e na intervenção das Mulheres Socialistas, na defesa intransigente de um futuro colectivo onde se reconheça, efectivamente, uma sociedade com igualdade de direito e de facto entre Mulheres e Homens em todas as esferas da vida:

- Na acção PÚBLICA
- Na acção POLÍTICA
- Na acção ECONÓMICA
- Na acção SOCIAL
- Na acção CULTURAL

Só assim teremos uma sociedade ajustada a este tempo de MUDANÇA que nos envolve. Só assim, lograremos – no Futuro – alcançar um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

Uma Democracia para o século XXI, uma DEMOCRACIA que envolva, por igual, as duas metades da Humanidade, uma Democracia verdadeiramente PARITÁRIA – continuará a ser essa a nossa Prioridade!

PARCEIROS IGUAIS > CO-RESPONSABILIDADE NA TOMADA DE DECISÃO

No próximo mandato, aprofundaremos o nosso Projecto político de intervenção, em torno de seis Eixos Prioritários:

1. TOMADA DE DECISÃO PÚBLICA, POLÍTICA, ECONÓMICA, SOCIAL E CULTURAL

A participação, em condições de igualdade, de Mulheres e Homens nos processos de tomada de decisão é condição indispensável ao exercício de uma cidadania plena e factor determinante da qualidade da Democracia.

O empoderamento das Mulheres e o aprofundamento das condições de Paridade continuarão, por isso, a ser as nossas Causas.

- Mecanismos de efectivo empoderamento das Mulheres;
- Instrumentos de paridade na composição dos Conselhos de Administração ou de Gestão das empresas públicas e nos cargos dirigentes de nível superior da Administração Pública, cujos lugares sejam de nomeação;
- Aumento progressivo do limiar da paridade;
- Uma maior visibilidade ao mérito das mulheres na construção das políticas públicas

2. COMBATE À DISCRIMINAÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO

As desigualdades sociais, as desigualdades em termos de rendimento são, também elas, profundamente marcadas pelo género. São as mulheres quem evidencia uma maior vulnerabilidade à pobreza e exclusão social, maior precariedade laboral, maiores dificuldades de conciliação. O combate às desigualdades e a promoção de factores de igualdade continuarão a ser, por isso, uma Prioridade.

- Combate às diferenças salariais entre Mulheres e Homens;
- Combate às dificuldades na frequência de acções de formação e capacitação profissional;
- Combate às dificuldades de acesso ao topo da hierarquia das organizações e das empresas;
- Combate às dificuldades de conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal;

- Luta pela manutenção do conteúdo funcional, após licença de maternidade/paternidade;
- Luta pela revalorização do trabalho das mulheres;
- Acompanhamento dos mecanismos de desenvolvimento do empreendedorismo feminino;

3. VIOLÊNCIA DE GÉNERO/ PREVENÇÃO

É na violência de género que ainda reside um dos factores de maior desigualdade entre Homens e Mulheres e uma clara violação dos direitos humanos das mulheres. Continuaremos, por isso, ao lado do PS, num combate sem tréguas ao flagelo da Violência Doméstica, do Tráfico de Seres Humanos, mas também da Mutilação Genital Feminina e de todas as formas de violência contra as Mulheres.

No domínio da Violência Doméstica, em função do género, defenderemos:

- O afastamento do agressor da morada de família, bem como o seu tratamento e reinserção social;
- O apoio integrado às vítimas, designadamente ao nível familiar, profissional e económico, judicial, médico e psicológico;
- Uma maior sensibilização/formação das forças de segurança para o atendimento das vítimas.

4. SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA

O acesso aos cuidados de saúde é também marcado por questões de género. Homens e Mulheres evidenciam uma diferente atitude e diferentes práticas em relação à Saúde e no exercício dos direitos sexuais e reprodutivos. Por isso, o nosso empenhamento incidirá sobre:

- A promoção do acesso à saúde, em condições de igualdade;
- O Planeamento Familiar e o combate às gravidezes indesejadas;
- A Educação Sexual e para os afectos;
- O exercício de uma sexualidade responsável e a prevenção de comportamentos de risco, nomeadamente em relação a infecções sexualmente transmissíveis e a doenças pandémicas, como o HIV/Sida;
- O cancro da mama e do colo do útero;

5. EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO

Reconhecemos a escola como espaço privilegiado de educação para a cidadania e a igualdade e de promoção do respeito pelos direitos e liberdades de tod@s.

A perspectiva de 'Género' deve, por isso, ser uma prioridade dos agentes educativos, para que crianças e jovens possam rejeitar os estereótipos que a sociedade ainda impõe, adoptando os princípios do respeito

pelos diferenças e da igualdade de direitos. Defenderemos, por isso:

- A Formação inicial dos professores em Igualdade de Género e prevenção de todas as formas de violência;
- Referenciais de igualdade de género adaptados aos diferentes níveis de ensino, a começar pelo pré-escolar;
- O combate a todas as formas de violência na comunidade escolar;
- A total eliminação de estereótipos de género nos manuais escolares, que venham a ser certificados, nos termos da lei;

6. TRABALHO EM REDE/ Organização do DNMS

O trabalho em rede, um dos pilares da dinâmica das Mulheres Socialistas, continuará a ser a nossa aposta.

Continuaremos a consolidá-lo, designadamente com os Departamentos Federativos, mas também com as Mulheres do Partido Socialista Europeu (PES Women), com a Internacional Socialista das Mulheres (SIW) e com organizações congéneres de mulheres de países lusófonos.

As Mulheres Socialistas assumirão uma atitude pró-activa na dinâmica interna do Partido Socialista.

Manteremos uma estreita cooperação com as estruturas do PS e com o seu Grupo Parlamentar, bem como com o Grupo Socialista do Parlamento Europeu.

Aprofundaremos o diálogo com a Juventude Socialista.

Desenvolveremos uma estreita cooperação com as nossas autarcas, promovendo novos Encontros com as Mulheres Eleitas Locais.

Estimularemos o crescimento do número de Mulheres militantes e a sua participação activa na vida interna do partido, nomeadamente, no próximo grande desafio eleitoral: Europeias, Legislativas e Autárquicas.

Estimularemos a participação cívica das Mulheres, designadamente no movimento sindical e associativo e desenvolveremos uma estratégia de comunicação com o exterior.

Promoveremos uma alteração estatutária, que contemple, transversalmente, a participação activa das mulheres, bem como a reformulação e/ou subdivisão do artigo 116.º, de forma a integrar algumas das disposições constantes dos Regulamentos Geral e Eleitoral dos Departamentos Nacional e Federativo das Mulheres Socialistas, já ratificados pela Comissão Nacional.

As Mulheres Socialistas querem contribuir activamente para a promoção de uma cidadania responsável e para o sucesso da paridade. Por isso, continuaremos a dinamizar espaços de debate e mobilizaremos esforços para reforçar a FORMAÇÃO POLÍTICA E AUTÁRQUICA.

Estudo internacional Sócrates enaltece resultados no 1º ciclo de educação

A forma como a ministra da Educação conduziu as reformas, nomeadamente no 1º ciclo do ensino básico, resistindo às “dificuldades e incompreensões”, permitiu que um relatório de peritos internacionais considerasse que Portugal é um caso de estudo e exemplo para outros países, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, lamentando que a oposição se limite a dizer que o Governo apenas trabalha para as estatísticas.

J. C. CASTELO BRANCO

“VALEU a pena resistir, não desistir, enfrentar as dificuldades. Este é o caminho para o sucesso”, afirmou, no dia 26, José Sócrates, no encerramento da cerimónia de apresentação de um relatório de peritos internacionais sobre as reformas feitas no 1º ciclo entre 2005 e 2008, realizado no Centro Cultural de Belém. “Senhora ministra da Educação, nunca vi um relatório com tantos elogios e tanto apoio à mudança. Quero felicitá-la”, disse José Sócrates.

Realçando “o esforço da ministra da Educação, dos professores e das escolas” em “quatro anos de dificuldades e governação difícil”, o primeiro-ministro reiterou que “esta reforma é muito importante para este Governo”.

Na sua intervenção, José Sócrates teceu ainda fortes críticas à oposição, lamentando que diga que o Governo está apenas a trabalhar para as estatísticas.

“Que pobreza de debate político, que lamentável a atitude dos partidos políticos de dizerem que lá está o Governo a trabalhar para as estatísticas, como se as estatísticas não fossem importantes”, criticou, reiterando que prefere a existência da medição do sucesso das medidas à “ausência de medição”.

No entanto, acrescentou, porque as reformas que foram desenvolvidas estão a produzir resultados, o Governo vai continuar no mesmo caminho, já que, frisou, “a política educativa é um trabalho sem fim. Não há um caminho fácil, nem há atalhos”.

“Este é o caminho, com coragem e persistência”, porque “a batalha da educação é uma batalha central para um Governo de esquerda”, disse, reafirmando que “não haverá sucesso económico, nem igualdade de oportunidades, sem educação”.

Na sua intervenção, José Sócrates recordou algumas das reformas levadas a cabo nos últimos anos



no 1º ciclo, como o encerramento de escolas com poucos alunos e sem condições, o alargamento do horário de funcionamento dos estabelecimentos ou a introdução do inglês.

Por sua vez, a ministra da Educação; Maria de Lurdes Rodrigues, elogiou o primeiro-ministro, que “pessoalmente” colocou como uma das marcas do Governo a introdução do Inglês no 1º ciclo. Medida que, frisou, inspirou todas as outras medidas entretanto postas em execução.

“Tive a honra de ter esta oportunidade”, disse, sublinhando que o relatório é um “ponto de partida” para definir novos programas.

Portugal é um caso de estudo

Na apresentação do relatório internacional sobre a política educativa para o 1º ciclo (2005-2008), o britânico Peter Matthews, que liderou o estudo sobre as reformas do 1º ciclo do ensino básico, manifestou a sua “admiração pelo trabalho que está a ser feito em Portugal”, salientando a “visão estratégica”, “coragem política” e forte liderança que sustentaram as mudanças realizadas. “Quanto mais conhecemos, mais admiramos o que estão a fazer”, disse.

O perito destacou ainda “a tremenda velocidade” na aplicação das reformas, e acrescentou que “com o currículo adequado e os estímulos certos, toda a gente pode ter sucesso”.

Ao nível das infra-estruturas, foi destacada a substituição de pequenas escolas rurais por centros escolares e escolas maiores, que resulta “em melhor educação, fruto de melhores condições das escolas”.

Trabalho esse prolongado pela oferta da escola a tempo inteiro, que responde a “uma marcada necessidade social de assegurar a guarda das crianças ao longo do dia”.

Em termos de enriquecimento

curricular, foi salientada a melhor ocupação de tempo, promovida com o inglês, actividade física e desportiva, música e estudo acompanhado, que mobiliza as crianças em aprendizagens complementares.

Foi também, segundo refere o relatório, desenvolvido “um excelente modelo de formação contínua de professores, assente num conjunto de muito boas práticas”.

Também a alteração das regras que regem a escolha dos directores foi considerada positiva.

Realçando a importância da “liderança nas escolas”, Matthews defendeu que a liderança pedagógica deve ir “além das actividades de administração e coordenação”, e que o “mérito profissional” deve ser tido em conta na escolha dos conselhos executivos.

O perito internacional referiu ainda que o relatório realça o estímulo à cultura de avaliação e desenvolvimento profissional, a capacitação e desenvolvimento de lideranças, o aumento de expectativas de professores e alunos, o aumento da promoção através do mérito, a delegação de responsabilidades e o incentivo à inovação”.

Já Deborah Roseveare, directora da divisão de Políticas de Educação e Formação da OCDE, considerou que o que se passou em Portugal é uma caso de estudo, a ser analisado por outros países, sublinhando a rapidez de implementação das reformas e os resultados alcançados.

A especialista destacou a “coragem e determinação” do Governo de José Sócrates, salientando a importância de ter este “estudo disponível”, dado que a “abordagem portuguesa pode funcionar como exemplo para outros países”.

E apontou o investimento no desenvolvimento profissional, através da formação, e também o melhoramento de condições e equipamentos nas escolas, acrescentando que “aquilo que Portugal conseguiu num curto período de tempo é impressionante”.

OPINIÃO



JOSÉ LELLO
Secretário Internacional do PS

Manter um sistema em que o princípio do segredo de voto não é absolutamente garantido, isso sim, é retirar importância ao voto dos portugueses que vivem fora do país

O VOTO PRESENCIAL E A PARTICIPAÇÃO NAS COMUNIDADES

A PROPOSTA de substituição do voto por correspondência para as eleições legislativas para os portugueses que residem no estrangeiro pelo voto presencial assenta essencialmente em três pressupostos: homogeneizar todos os actos eleitorais; garantir maior rigor e transparência ao acto de votar; enfrentar de frente o problema da cada vez mais reduzida participação das nossas comunidades nas eleições para a Assembleia da República.

Desde logo, seria da maior importância criar um sistema coerente de votações. Com efeito, a lei já consagra o voto presencial para eleger o Presidente da República, os deputados ao Parlamento Europeu e o Conselho das Comunidades. É um voto que garante melhor a verdade dos resultados eleitorais, é mais igual para todos os partidos concorrentes e apela directamente à participação cívica dos cidadãos.

O facto do voto por correspondência ser utilizado há mais de 30 anos não significa que esteja isento de problemas. Mesmo que não haja queixas explícitas, é fácil apontar os vícios e as falhas que ao longo dos anos se foram acumulando, tornando este sistema de voto mais permeável à fraude. Portanto, manter um sistema em que o princípio do segredo de voto não é absolutamente garantido, isso sim, é retirar importância ao voto dos portugueses que vivem fora do país.

Só uma ínfima parte dos portugueses no exterior se encontra recenseada, isto é, 145.454 em 2005, sendo a abstenção de 74,9%! Desde 1991 a participação eleitoral caiu de 61.128 para 36.721, em 2005, para eleger quatro deputados! Os mesmos que o distrito de Bragança.

Estes dados revelam uma situação que merece uma reflexão muito profunda, para se tentar descobrir porque razões a participação eleitoral tem vindo a cair a pique, mesmo com o voto por correspondência. Acima de tudo é necessário criar estratégias e iniciativas que mobilizem os portugueses e os façam compreender a importância do seu envolvimento cívico na sua relação com Portugal e nos países de acolhimento. O problema, então, não é só o do combate à abstenção, mas também o da luta pela participação efectiva, porque é o envolvimento pessoal no acto de votar, sem intermediários, que dignifica o voto e dá peso à democracia.

Os números de votantes por correio, por isso, podem estar a ocultar uma falta de participação dos portugueses. E este indicador é fundamental para que os governos saibam melhor que políticas adoptar para se aproximarem mais das Comunidades.

Mas há outros argumentos em desfavor do voto por correspondência. Por exemplo, em 2005 foram devolvidas mais de 30 mil cartas com os votos lá dentro; cerca de mil eleitores não puderam votar porque os votos não chegaram a tempo; muitas dezenas de milhares de eleitores foram cortados dos cadernos eleitorais pelo facto de em duas eleições sucessivas as cartas terem sido devolvidas, mesmo que tal tenha decorrido de erros de correios ou por desactualização de endereços postais; 8,4% dos votos na Europa e 8,1% dos de Fora da Europa, o equivalente a mais de três mil votos, foram considerados nulos por erros menores; centenas de votos desapareceram inexplicavelmente; outros extraviaram-se; cerca de cem, oriundos do Brasil foram enviados para Espanha e a disparidade de critérios na validação de votos no escrutínio final fez o resto. É estranho que tudo isto possa ser considerado de somenos importância ou que se diga de forma demagógica e superficial que o PS quer tirar o voto aos portugueses a viver no estrangeiro.

Mas há outro factor nada desprezível que consta da lei que o Parlamento aprovou e que tem a ver com a possibilidade de serem realizadas eleições em, pelo menos, em 379 postos consulares, desde consulados-gerais a consulados honorários, sem contar com outro tipo de instalações, o que facilita muito uma verdadeira participação e envolvimento pessoal dos portugueses. Não colhe, portanto, o argumento segundo o qual a reestruturação consular retiraria capacidade de participação. Pelo contrário, o propósito é precisamente tornar toda a rede consular o elemento central da mobilização dos portugueses a viver no estrangeiro. Tal como não é a mesma coisa o voto das nossas comunidades para eleger deputados eleitos que os representam directamente, e todos aqueles países também têm voto por correspondência como a Holanda, Alemanha, Suécia ou Austrália, mas não elegem representantes dos expatriados nem tão pouco consta que tenham políticas para as Comunidades, como acontece com Portugal.

Não obstante o veto do senhor Presidente da República, o PS mantém toda a abertura para aperfeiçoar o diploma e introduzir o sistema de voto presencial também para as eleições legislativas, a exemplo do que já acontece com os restantes actos eleitorais em que participam os portugueses a residir no estrangeiro.

Liderar o investimento no país

O primeiro-ministro entende que uma das formas mais eficazes de combater a crise internacional que está a ameaçar a estabilidade e o progresso das economias, “não é baixar os braços”, como certa oposição tem vindo a defender, sem contudo assumir de forma clara, mas com o Governo a “liderar o investimento público no país”.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

PERANTE uma crise financeira e económica da qual ainda mal se conhecem todos os contornos, o Governo não deve baixar os braços, disse, mas sim “liderar o investimento”, nomeadamente abrindo novas frentes em obras públicas.

Receita aliás que está já a ser seguida por todos os países desenvolvidos, lembrou, como uma das formas de encarar os problemas que se colocam à dinamização da economia, contribuindo, por outro lado, como garantiu, para uma efectiva baixa dos níveis do desemprego.

É em alturas como esta, lembra o primeiro-ministro, que as pessoas, os empresários e as empresas “olham para o Estado” apelando ao seu auxílio, não fazendo por isso qualquer sentido “que o Governo, perante este quadro, fosse agora voltar-lhes as costas”.

Sócrates falava em Almada, durante a cerimónia de assinatura do contrato de concessão do empreendimento rodoviário IC-32,

denominado Baixo Tejo, que ligará o concelho de Almada ao vizinho de Alcochete, sublinhando o primeiro-ministro que são iniciativas como esta que dão “confiança ao país e à sua economia”, e que abrem novas oportunidades, não só às empresas mas também a mais emprego sustentado.

Para a região de Setúbal esta nova estrutura rodoviária, disse ainda o chefe do Governo, significa mais oportunidades para as pessoas, para as empresas e para a região, e, principalmente, “mais um veículo de fortalecimento para a economia portuguesa”.

Nos próximos anos, garantiu, o investimento público e privado no distrito de Setúbal “não terá qualquer comparação com o passado recente”, lembrando os exemplos dos projectos do TGV ou da terceira travessia sobre o Tejo.

Esta nova rodovia, que vai ligar a cidade de Almada a Alcochete, terá um investimento inicial de cerca de 278 milhões de euros encurtando o tempo entre um e outro concelho



em cerca de 15 minutos.

José Sócrates aproveitou a ocasião para criticar a líder do PSD, que tem vindo a censurar a política de obras públicas do Governo, reafirmando que não é com “discursos pessimistas e de bota-abaxismo” que se poderá contornar as actuais dificuldades impostas pela crise económica internacional, tendo a propósito elogiado “os estudos

feitos por entidades independentes” para projectos do Governo, cenário que classificou com sendo o oposto “do caminho seguido no passado”.

Para o primeiro-ministro, aqueles que no passado fizeram investimentos públicos “sem o suporte técnico e o apoio de uma análise de custo/benefício” não podem estar agora a reclamar aquilo que não fizeram,

mostrando com esta atitude, por outro lado, disse, que nem se deram ao trabalho “de ler as análises e os estudos que suportam os projectos que o Governo apresenta”, recordando Sócrates que estes estudos não são feitos pelo Governo, “mas por entidades independentes”, o que, na sua perspectiva, “dá maior confiança e sustentação a um qualquer projecto”.

Novas vias para o desenvolvimento do Alentejo

Realizar mais investimento público para combater a crise

Portugal “precisa de mais investimento público”, reiterou o primeiro-ministro, José Sócrates, considerando que “todos” os que se opõem a uma maior intervenção do Estado na economia no actual momento de crise “estão a cometer um erro”. Por isso, frisou, o Governo vai avançar com a construção do IP8, entre Sines e Beja.

O PRIMEIRO-MINISTRO falava no dia 31 de Janeiro, em Ferreira do Alentejo, na cerimónia de assinatura do contrato da concessão rodoviária Baixo Alentejo, um investimento total de 690 milhões de euros, no qual se destaca o IP8, que vai ser o eixo central da região entre Sines e Beja, reduzindo este percurso em 28 minutos.

Na ocasião, José Sócrates reafirmou que é necessário “mais investimento público para melhorar as condições da competitividade da economia, a qualidade de vida dos portugueses e garantir maior dinamismo económico e mais oportunidades de emprego”.

Segundo frisou o primeiro-ministro, “Portugal não pode, neste momento de grave crise económica internacional, que se abate também sobre o nosso país, cruzar os braços e ficar à espera que a crise passe”.

Perante esta conjuntura, Sócrates sustentou que “este é justamente o momento para fazer mais investimento público”, defenden-

do que os governos têm o “dever” de investir para reduzir o impacto da actual crise, uma “daquelas que se vive uma vez na vida” e “cujas consequências económicas são já de grande intensidade”.

Todos os governos, acrescentou, “apresentam novos planos de investimento, sabendo que isso tem despesa pública, mas que é um investimento no futuro desses países e fundamental para reduzir o impacto da crise”.

Por isso, salientou, o Governo, “contra ventos e marés” e “contra aqueles que se opõem ao investimento público e não têm razão”, vai construir o IP8, entre Sines e Beja.

Triângulo estratégico

Esta auto-estrada, considerou José Sócrates, é “essencial” para o Alentejo e “decisiva” para “reforçar” e “melhorar” a ligação entre o interior e o litoral e vem “concluir” o “tri-



ângulo estratégico” do desenvolvimento do Alentejo, ao interligar o porto e o complexo industrial de Sines ao aeroporto e às cidades de Beja e Évora e aos equipamentos turísticos e agrícolas do Alqueva.

Por outro lado, salientou ainda o primei-

ro-ministro, a construção do IP8, “uma aspiração de há muitos anos”, é uma “razão de justiça com o Alentejo” e “em nome da economia do Alentejo e do interesse nacional” e que vai permitir também “reduzir a sinistralidade”.

O emprego é a prioridade do Governo

O primeiro-ministro garantiu no debate quinzenal, na Assembleia da República, que o Governo tudo fará para ajudar a consolidar a economia das empresas nacionais desde que estas “disponham de estruturas económicas sólidas e de perspectivas de negócios sustentados”.



NA OPINIÃO de José Sócrates, essa é a obrigação do Governo, “defender as empresas e o emprego” constituindo estas premissas, “a prioridade das prioridades do Executivo”, sobretudo, como referiu, neste período bastante conturbado de crise económica e financeira internacional.

No debate quinzenal no Parlamento, o primeiro-ministro declarou que Portugal contribuirá em tudo o que estiver ao seu alcance “para o fim dos chamados paraísos fiscais”, subscrevendo as palavras do ministro das Finanças quando este, dias antes, afirmou que o “mundo estaria melhor se não tivéssemos que viver com a realidade dos offshores”.

Lembrou, contudo, que para que esta medida vá em frente, se torne uma realidade e possa ter sucesso, será absolutamente necessário um “entendimento alargado não só a nível europeu, como mundial”.

Para Sócrates, ao propor-se uma medida com este alcance e com as implicações internacionais que ela

acarreta, é preciso, em primeiro lugar, ter consciência que a eliminação dos offshores “tem de ser feita em simultâneo e junto dos países desenvolvidos”, não bastando, como salientou, que um único país tome a decisão isoladamente porque isso “não significaria à escala mundial nem tão pouco europeia melhorar as questões da transparência”.

Sócrates, noutro ponto do debate criticou a posição do PSD acusando-a de fazer “pura chicana política” em relação ao caso do estudo sobre “políticas de valorização do primeiro ciclo do ensino básico em Portugal”, documento elaborado por um conjunto de especialistas internacionais que através de um relatório publicado vieram valorizar a reforma no sector da educação empreendida pelo Governo.

“Não querem olhar para a substância do relatório, preferindo antes negar o que nele está escrito”, acusou ainda o primeiro-ministro, incriminando o maior partido da oposição por ter levado a discussão parlamen-

tar sobre este caso para um nível que “nunca vi chegar tão baixo”.

O debate quinzenal ficou ainda marcado pela intervenção do líder da bancada socialista, Alberto Martins que acusou o PSD de “populismo barato” a propósito das várias opiniões que considerou ziguezagueantes desta força partidária.

Outra das críticas foi dirigida à postura política de Manuela Ferreira Leite por esta defender agora, disse, medidas que “há um ano recusava”, recordando, a este propósito, que o PSD assinou compromissos internacionais sobre o TGV, que agora pretende repudiar.

Alberto Martins acusou ainda a líder do PSD, pelo facto de Ferreira Leite há menos de um ano defender que não “seria honesto baixar impostos” e agora adoptar o discurso oposto, sugerindo que o Governo deve baixar os impostos.

“A isto chama-se populismo barato”, disse Alberto Martins, afirmando que o PSD “está a adoptar a cartilha clássica de neoliberalismo”. R.S.A.

Gabinetes especiais de apoio aos desempregados

VÃO ser criados 400 novos gabinetes de apoio aos desempregados com o objectivo de acompanhar de forma personalizada os desempregados, apoiando-os na procura activa de emprego.

Localizados maioritariamente na região Norte, que passará a contar com 173 novas unidades, estes gabinetes de apoio aos desempregados, vão ajudar e reforçar os 88 centros de emprego aí existentes. Serão igualmente abertos 118 na zona de Lisboa e Vale do Tejo, enquanto que a zona Centro receberá 60 unidades, o Alentejo 34 e o Algarve terá 15 novos gabinetes.

De acordo com o ministro Vieira da Silva, o Governo vai canalizar para o conjunto das iniciativas voltadas para a protecção do emprego cerca de 580 mil milhões de euros, verba que será aplicada numa campanha de apoio e de ajuda, entre outros, aos jovens, nomeadamente no acesso ao emprego, no encaminhamento para programas de qualificação e alargamento da protecção social aos desempregados de longa duração.

Estas estruturas anunciadas pelo

ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, visam, por um lado, disponibilizar um apoio mais directo aos desempregados, e, por outro, reforçar a intervenção dos centros de emprego.

Os Gabinetes de Inserção Profissional (GIP) vão funcionar, nesta primeira fase, em instalações ligadas às autarquias, associações sindicais, em edifícios pertencentes ao sector empresarial ou ainda em instalações de entidades sem fins lucrativos.

Como sublinhou o ministro Vieira da Silva, em conferência de Imprensa, para além dos actuais 88 centros de emprego espalhados por todo o país, a actual crise justifica que sejam “criados novos locais de atendimento aos desempregados”.

Deste modo, referiu, cria-se um cenário de maior aproximação entre as empresas e os cidadãos, algo que considera “como um dos objectivos primordiais” tendo em vista, “potencializar uma maior inserção profissional”.

O ministro disse ainda que não vão ser desfectados meios dos centros de emprego para os GIP,

garantindo que estes novos gabinetes de apoio irão funcionar “como pequenas unidades mais operacionais”, onde o contacto directo com os desempregados será facilitado e privilegiado.

Como explicou Vieira da Silva, estas unidades vão fazer o acompanhamento personalizado dos desempregados, através designadamente, do apoio directo na procura activa de emprego, ou encaminhando-os para programas de qualificação, estando ainda previsto que possam ajudar na captação e a divulgação das ofertas de emprego, ou ainda apoiando na criação de emprego próprio.

Vieira da Silva anunciou ainda o prolongamento do subsídio de desemprego por mais seis meses, ao longo do ano de 2009, medida que deverá abranger, como disse, cerca de 50 mil desempregados.

Esta medida entrará em vigor “assim que o processo legislativo de alteração ao regime do subsídio de desemprego estiver completo”, sendo que a mesma “terá efeitos retroactivos a contar do passado dia 1 de Janeiro”. R.S.A.

OPINIÃO



PAULA NOBRE DE DEUS
Deputada do PS

O actual Código de Trabalho, por um lado promove um maior equilíbrio na participação dos homens e mulheres no mercado de trabalho e, por outro lado, cria condições para um apoio mais efectivo à maternidade e à paternidade, de suporte à família

O COMPROMISSO COM A PARENTALIDADE NO NOVO CÓDIGO DO TRABALHO

COMEÇO por dar boa nota que na presidência portuguesa da União Europeia, o Conselho do Emprego e Política Social, de 5 de Dezembro de 2007, aprovou nas suas conclusões o projecto relativo à participação equilibrada das mulheres e dos homens na vida profissional, no crescimento e na coesão social. Assim, com as recentes alterações ao Código do Trabalho o Partido Socialista está a responder a novos desafios das sociedades modernas, de que é expressão a necessidade de se criarem condições de apoio à conciliação do trabalho com a vida familiar.

O actual Governo deu um importante contributo à democracia ao introduzir no Código do Trabalho novos direitos aos trabalhadores, ampliando os direitos dos pais e das mães. As alterações introduzidas ao nível do apoio à parentalidade baseiam-se na igualdade e na valorização do papel do homem e da mulher na construção de uma sociedade mais justa e solidária, combatendo a discriminação em função do género. Ao Partido Socialista está colada uma matriz de mudança de mentalidades, de evolução social que mais uma vez soube respeitar.

O actual Código do Trabalho, por um lado, promove um maior equilíbrio na participação dos homens e mulheres no mercado de trabalho e, por outro lado, cria condições para um apoio mais efectivo à maternidade e à paternidade, de suporte à família. Das várias alterações ao Código do Trabalho destaco as que considero mais significativas nesta matéria.

- Os trabalhadores passam a ter direito a mais dias de faltas justificadas por ano para darem assistência à família:
 - 30 dias para assistência imprescindível ou inadiável, a cada filho menor de 12 anos, ou equiparado, em vez de ser para todos os filhos e apenas até aos 10 anos, como estava previsto na legislação anterior;
 - 15 dias para assistirem filhos com mais de 12 anos, que passam a ser contados de forma autónoma, ou seja, separadamente dos 15 dias para os restantes membros do agregado familiar com direito a apoio;
 - 15 dias para assistência imprescindível ou inadiável para apoio aos cônjuges, pais e irmãos em caso de doença ou acidente;
 - Finalmente, tratando-se de pessoa com doença crónica ou deficiência, que seja cônjuge ou que viva em união de facto com o trabalhador, alarga de 15 para 30 dias o número de faltas ao trabalho justificadas para efeitos de assistência inadiável ou imprescindível.
 - Consagração, pela primeira vez, do direito de dispensa ao trabalho para efeitos de procriação medicamente assistida e deslocações às instituições da Segurança Social no âmbito dos processos de adopção.
 - Equiparação dos direitos dos filhos adoptados aos filhos biológicos para efeitos de duração das licenças e que, até agora, era apenas de 100 dias.
 - O novo Código incentiva a partilha da licença parental inicial entre o pai e a mãe, alargando a sua duração em 30 dias sem perda de direitos, ou seja, pagos a 100%. A mãe continua obrigada a gozar as seis semanas de licença a seguir ao nascimento.
 - No caso dos avós para além dos 30 dias que já tinham direito a seguir ao nascimento dos netos que sejam filhos de adolescentes, passam a poder substituir os progenitores no uso da licença parental, medida especialmente importante para o apoio às famílias monoparentais.
- O novo Código do Trabalho é um contributo político de valor acrescentado para a inovação social e representa um avanço social no quadro de uma nova geração de famílias que se confronta mais do que nunca com a necessidade de conciliar a vida familiar e profissional, no contexto da igualdade de género e da valorização da parentalidade.

OPINIÃO



MIGUEL GINESTAL
Deputado do PS

*O PRODER
marca uma
mudança
estrutural do
paradigma da
distribuição
dos apoios.
É isto que
o CDS não
quer entender.
Acabou o
tempo de
18% dos
agricultores
receberem 80%
das ajudas*

AGRICULTURA E RURALIDADE UM NOVO PARADIGMA

NO PASSADO dia 30 de Janeiro, por iniciativa do CDS/PP, realizou-se na Assembleia da República, um debate de urgência requerido pelo CDS/PP, sobre agricultura

Este debate deixou tudo mais claro. Na verdade o que o CDS e o deputado Paulo Portas querem é manter tudo como sempre esteve. Manter a injustiça de apenas duas regiões e 6% dos agricultores receberem 60% do dinheiro. O Governo decidiu mudar isto porque quer mais para todos.

Contra factos não há argumentos. Por mais que o deputado Paulo Portas se esforce para fazer crer o contrário, a verdade é que não tem razão nas críticas que faz ao Governo.

Em 2008, o Governo fez chegar aos agricultores quase 1500 milhões de euros. Nunca, num só ano, tinha sido distribuído tanto dinheiro aos agricultores. Em 2008, o rendimento agrícola, em Portugal, cresceu 4,8% quando na União Europeia caiu 4,4%. Ou seja, com uma orientação política adequada, com mais dinheiro para os agricultores, foi possível aumentar o rendimento agrícola nacional.

Esta mudança de paradigma impunha-se porque se constatou que depois de mais de duas décadas de presença na União Europeia e depois de 26 mil milhões de euros “investidos” na agricultura portuguesa, o produto agrícola nacional estava na mesma. Ou seja, as opções de política agrícola estavam erradas.

O PRODER – Plano de Desenvolvimento Rural é o instrumento de mudança de paradigma da agricultura portuguesa, e assenta em quatro ideias-força fundamentais:

Competitividade, para produzir mais e melhor, nas fileiras onde somos tão bons ou melhores que os outros (vinho; hortofrutícolas; olival; floresta e produtos regionais, sem esquecer o leite e a pecuária);

Sustentabilidade, pois os valores ambientais do mundo rural têm de ser preservados;

Reconhecimento da importância da pequena agricultura, com uma aposta clara no apoio à sua diversificação, em actividades que permitam complementar os rendimentos baixos dos agricultores.

Coesão Territorial e Social com a duplicação das verbas das ajudas para as Indemnizações Compensatórias até três hectares face ao quadro anterior e reforço das medidas de apoio à instalação de jovens agricultores.

Igualmente estão já contratualizadas as medidas para apoiar a diversificação da economia para actividades não agrícolas e aumentar o emprego nas zonas rurais, numa nova abordagem ao Leader. Uma intervenção que irá ser desenvolvida de acordo com as estratégias de desenvolvimento local, elaboradas pelos agentes locais dos Grupos de Acção Local.

Mas o PRODER vai mais longe. É verdade!

O PRODER marca uma mudança estrutural do paradigma da distribuição dos apoios. É isto que o CDS não quer entender. Acabou o tempo de 18% dos agricultores receberem 80% das ajudas.

Com o PRODER vai ser possível contribuir de uma forma efectiva para a coesão territorial. A regionalização das decisões é o garante de um programa para todos os agricultores e para todo o território nacional.

É assim que se faz política de desenvolvimento rural! Com a participação dos agentes locais na procura das soluções mais adequadas à realidade concreta de cada território.

Finalmente o leite. O sector leiteiro é um sector importante na economia agrícola de certas regiões do país e é ciente das preocupações que as organizações do sector transmitiram aos deputados nas visitas de trabalho da Subcomissão Parlamentar de Agricultura que quero saudar o Governo por ter disponibilizado uma verba suplementar, dos 50 milhões de euros da reserva disponível, que em muito vai ajudar o sector a corrigir os erros da má negociação de 2003, quando se decidiu liberalizar o sector.

Este debate parlamentar demonstrou que o CDS/PP queria era manter tudo como sempre esteve: mais dinheiro para poucos agricultores e para poucas regiões.

O que custa ao deputado Paulo Portas é saber que isso vai acabar.

Com a nova orientação política do governo, vai haver não só mais dinheiro para todos os agricultores, mas também para todas as regiões.

Ano Judicial arranca com melhor acesso aos tribunais



O NÚMERO de processos que saíram resolvidos das instâncias judiciais continuará a subir em 2009 relativamente ao número de processos que entraram e/ou ficaram pendentes nos tribunais (taxa de resolução) por via da entrada em vigor, já em Abril, do novo Mapa Judiciário, defendeu o ministro da Justiça, Alberto Costa, para quem esta reforma vai trazer “mais equidade territorial”, mais liderança e melhor organização.

O novo Mapa Judiciário “vem significar melhor acesso, mais equidade territorial no acesso à Justiça especializada, circunscrições de escala maior, racional, mais adaptadas às actuais realidades. Significa liderança, melhor organização, melhor gestão, mais participação, mais apoios ao trabalho de juízes e magistrados do Ministério Público, digitalização de processos, melhores instrumentos e melhores condições para os que trabalham nos tribunais e para o público”, disse Alberto Costa na cerimónia

de abertura do Ano Judicial, que decorreu no Supremo Tribunal de Justiça, em Lisboa.

Na ocasião, o ministro fez referência aos melhoramentos a fazer nas três comarcas-piloto (Alentejo Litoral, Baixo Vouga e Lisboa Noroeste) e a Lisboa, onde se passa a dispor de um Campus de Justiça, solução que, garantiu, “vem resolver insuficiências, inadequações e desperdícios acumulados ao longo do tempo”.

“O Campus de Lisboa é o primeiro de uma série que representará funcionalidade, qualidade e modernidade ao serviço da Justiça”, acrescentou Alberto Costa, vincando de seguida que “o nosso sistema judicial vive um momento de mudança, de recuperação da capacidade de resposta, de actualização tecnológica e de reforma legislativa, organizativa e territorial”.

Na sua intervenção, o ministro da Justiça fez igualmente alusão à reforma penal em vigor desde Setembro de 2007, nomeadamente

ao novo regime legal da prisão preventiva, sublinhando que em pouco mais de um ano “foram decretadas 2742 prisões preventivas – das quais 18 por violência doméstica, uma incriminação inovadora, criada com a revisão do Código Penal”.

De seguida, Alberto Costa lembrou que o novo quadro legal do trabalho a favor da comunidade permitiu um aumento de 70% nas decisões de aplicação dessa pena, destacando ainda que “ao mesmo tempo, se regista, no país, uma subida do número de processos sumários”.

Quanto à diminuição da pendência processual, apontou que 2006, 2007 e 2008 constituem, numa sequência inédita, três anos sucessivos de redução das pendências.

“São também anos em que a taxa de resolução processual tem uma expressão positiva, sempre em crescimento”, acrescentou políticas de descongestionamento e à utilização de novas tecnologias associadas à desmaterialização dos processos. M.R.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA INVESTIU 7,5 MILHÕES EM APLICAÇÕES INFORMÁTICAS

CERCA de 7,5 milhões de euros foram investidos no desenvolvimento de aplicações informáticas de apoio ao tribunais e registos, que permitirão criar o processo electrónico.

O anúncio foi feito pelo Ministério da Justiça, que referiu terem sido, desde 2005, celebrados cerca de 90 contratos de prestação de serviços de *software* com mais de 30 fornecedores diferentes, com o novo sistema electrónico, envolvendo actualmente 74% dos processos dos tribunais de primeira instância, saíram beneficiados cerca de 350 tribunais, 2500 magistrados e 30 mil advogados.

Segundo dados do ministério tutelado por Alberto Costa, desde Julho de 2007 foram praticados e

assinados electronicamente mais de um milhão de actos pelos juízes e mais de 500 mil pelo Ministério Público.

“Desde Abril de 2008, mais de 618 mil peças processuais e documentos foram enviadas para o tribunal pelos advogados exclusivamente por meios electrónicos e mais de 77% das acções cíveis, de família e laborais e iniciaram-se através da aplicação CITIUS”, adianta ainda o Ministério da Justiça.

Por outro lado, desde Março de 2008, mais de 446 mil requerimentos de injunção foram realizados através da Internet, o que significa que 97% dos requerimentos de injunção entregues, desde essa data, através do CITIUS – Injunções,

contribuiu “também com significativas reduções de custos directos e indirectos”.

Nos serviços de registo, “o investimento na utilização de novas tecnologias permitiu a criação, desde 2005, de 15 novos serviços on-line, direccionados para prestar um melhor serviço aos cidadãos e empresas”, segundo o Ministério da Justiça.

Assim é possível, por via totalmente electrónica (Internet), constituir empresas, promover actos de registo comercial, publicar os actos da vida das empresas e obter uma certidão permanente electrónica de registo comercial e registar a compra e venda do automóvel, com o cartão de cidadão, entre outros serviços.

PS/Algarve

Tomadas medidas adequadas para enfrentar a crise global

Para o ministro Teixeira dos Santos, o Governo português foi coerente e agiu bem quando aprovou um conjunto de medidas capazes de enfrentar a crise financeira e económica internacional, assegurando que o carácter temporário das medidas anticrise apenas durará até ao final deste período conturbado.

FORMAR quadros e cidadãos capazes de compreender os novos fenómenos sociais, de assumir novas causas e agir com responsabilidade, constituem os objectivos preconizados pela Federação do PS/Algarve, que iniciou no passado dia 23, em Faro, uma segunda série de sessões académicas no âmbito da Universidade Meridional promovida em colaboração com a Fundação Res Pública.

Presente na sessão inaugural, deste segundo curso da Universidade Meridional, o ministro de Estado e das Finanças começou por garantir que o Governo avançou no devido tempo com as medidas adequadas para combater os efeitos da crise global, os quais tiveram como principal objectivo “assegurar a actividade económica do país”.

Teixeira dos Santos sublinhou, por outro lado, que o principal desafio que se coloca hoje a Portugal no contexto actual de crise global é “assegurar a estabilidade do sistema financeiro”, afirmando que a actividade económica deve ser defendida, pois só assim, “será possível garantir o emprego de muitos milhões de portugueses”.

Durante a sua intervenção, subordinada ao tema “Portugal, desafios no novo contexto mundial”, o ministro de Estado e das Finanças fez uma análise aprofundada das condições

que conduziram à ruptura do sistema financeiro internacional, tendo imputado responsabilidades ao que designou por “falha do modelo americano”, por este não ter sido capaz, como disse, de avaliar os riscos inerentes às operações como as dos empréstimos no âmbito imobiliário.

Reportando-se aos acontecimentos que caracterizaram as três fases distintas da actual crise financeira global, desde os primeiros indícios registados em Agosto de 2007 até Outubro do ano passado, o ministro Teixeira dos Santos reconheceu que a Europa só despertou para a verdadeira dimensão do problema quando se deu a falência do banco norte-americano Lehman Brothers, que “colocou o sistema financeiro mundial à beira do colapso e forçou os líderes dos Estados membros a um esforço orçamental”.

Quanto a Portugal, acentuou, a implementação do pacote de medidas suplementares para enfrentar a crise vai representar um esforço financeiro por parte do Estado na ordem dos mil milhões de euros, e isto “só em matéria de redução de impostos”, defendendo Teixeira dos Santos que fazer política em condições de normalidade “é quase como navegar com GPS”, o ministro de Estado e das Finanças, encontrar as melhores soluções neste cenário de crise mundial, requer que



“saibamos para onde queremos ir e o que queremos fazer”.

Cenários que se tornaram evidentes para o Governo, que cedo tomou a iniciativa de aprovar um conjunto de medidas, “mesmo sabendo que Portugal estava a enfrentar desafios acrescidos aos já existentes antes da crise”, os quais implicam, “um conjunto de reformas estruturais” visando o reforço da competitividade da economia e da sociedade portuguesa na cena internacional.

Apostar em novos quadros

Depois da lição inaugural deste curso de política e administração autárquica, proferida pelo ministro de Estado e das Finanças, Teixeira dos Santos, coube ao presidente da Federação do PS/Algarve, Miguel Freitas, realçar a importância da formação dos novos quadros, pedindo-lhes para que sejam capazes de assumir com “coragem e optimismo” o actual panorama económico e financeiro global.

Miguel Freitas recordou, por outro lado, que existem “novas exigências

sobre os poderes públicos”, nomeadamente, como acentuou, “no diálogo social e na transparência das relações entre as administrações e os cidadãos”, aspecto que considerou como distintivo tendo em vista a

permanente necessidade de repensar as políticas, “pois o tempo das verdades absolutas acabou”.

Alertando para as profundas mudanças porque está a passar o país, fruto, como disse, da “intensa crise financeira internacional”, o líder do PS/Algarve, Miguel Freitas, reconheceu que este é um tempo de dificuldades, mas também de novas conquistas, tendo considerado que neste cenário de “grandes desafios globais”, há que encontrar também as respostas locais mais adequadas, ao mesmo tempo que se deve “reforçar o combate à grande corrupção e ao favoritismo”.

O curso de política e administração autárquica, que decorrerá até ao próximo mês de Junho no âmbito da Universidade Meridional 2009, conta com 82 militantes inscritos, sendo que as acções serão realizadas no âmbito do compromisso do PS/Algarve na área da formação de quadros regionais, que tem como tema central “uma nova gestão autárquica para uma nova competitividade territorial baseada nas pessoas e nos valores”. R.S.A.

Universidade Meridional A regionalização exige uma boa desconcentração

O GRANDE desafio que se coloca à próxima legislatura, no âmbito do processo de regionalização, é a concretização de uma “boa desconcentração”, considerou o secretário de Estado adjunto e da Administração Local, Eduardo Cabrita.

Em Faro, onde abordou, no dia 30, o tema “Associativismo Municipal e Governação Territorial em Portugal”, no âmbito da Universidade Meridional promovida pela Federação do PS/Algarve com a colaboração da Fundação Res Pública, Eduardo Cabrita defendeu a necessidade de um consenso em torno do futuro modelo de regionalização, tendo frisado como um dos pontos de partida para a próxima organização administrativa, a definição das competências a partir das actuais Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, para as quais preconiza o reforço de uma coordenação inter-sectorial.

Durante a sessão realizada no anfiteatro da Escola Superior de Gestão Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve, na Penha, o secretário de Estado apontou ainda como estratégia para uma “boa governação regional” o “ajustamento” dos 18 distritos nacionais, defendendo como cenários possíveis a sua fusão em cinco governos civis compatíveis com a matriz das regiões administrativas ou a definição de um modelo de nível sub-regional. Mas realçou, no entanto, a importância de uma representação do Governo em áreas de soberania como a protecção civil e a segurança.

Relativamente às preocupações que orientaram o Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), no âmbito do qual foram estabelecidas as opções de governação, como a convergência dos modelos territoriais para as cinco regiões-plano, Eduardo Cabrita referiu ainda como uma das preocupações para a próxima legislatura a consolidação da coordenação intermunicipal, tendo apontado o Algarve como exemplo de uma das zonas do país que, apesar de possuir uma identidade regional histórica, apresenta deficiências nesta matéria.

Realçando a propósito o papel das comunidades intermunicipais enquanto forte contributo para a definição de uma estratégia regional, Eduardo Cabrita sustentou no entanto que, no caso particular do Algarve, a sua continuidade não se justifica face ao futuro mapa administrativo.

Em Faro, onde apresentou a segunda lição integrada no curso de Política e Administração Autárquica, frequentado por uma centena de militantes socialistas, Eduardo Cabrita considerou essencial para o avanço do processo de regionalização que os portugueses sejam chamados a pronunciar-se em quadro referendário e sublinhou a necessidade de convergência entre os dois partidos com vocação governativa, de forma a evitar que o debate transforme esta numa “matéria de radicalização política”.

Socialistas algarvios satisfeitos com apoio de Sócrates ao processo de regionalização

A INCLUSÃO do tema da regionalização na Moção Global que o secretário-geral, José Sócrates, vai levar ao XVI Congresso Nacional do partido em Espinho, foi visivelmente saudado pelo PS/Algarve.

Esta posição pública de regozijo assumida pelo PS/Algarve aconteceu durante uma reunião da Comissão Política realizada na cidade de Lagoa, no âmbito da iniciativa “O PS em Acção-Rota do Arade”, tendo o presidente do PS/Algarve, Miguel Freitas, considerado que este é “mais um compromisso cumprido pelo secretário-geral do PS para com o Algarve e o país”.

O líder socialista algarvio sublinhou ainda que, para que o processo possa decorrer com normalidade e rigor, é agora necessário um “forte consenso nacional”, designadamente quanto ao mapa das cinco regiões, iniciativa que deve ter lugar, a par, como defendeu, “de um discurso claro e moderado” capaz de transmitir e de explicar às pessoas as verdadeiras competências, os órgãos e os “finan-

ciamentos que uma iniciativa como a regionalização implica”.

Nesta reunião descentralizada da Comissão Política, os socialistas algarvios, para além de saudarem o regresso da regionalização à agenda política do PS, tiveram ainda oportunidade de se concentrarem na temática principal deste encontro, o turismo, no âmbito da qual foram efectuadas diversas visitas a um conjunto de projectos localizados, nos concelhos de Portimão e de Lagoa.

Presente na reunião, o secretário de Estado do Turismo, Bernardo Trindade, apesar de reconhecer as dificuldades que atingem o sector nas diversas regiões turísticas do país, “como consequência directa da crise internacional”, não deixou, todavia, de reiterar o apoio “incondicional do Governo aos empresários da região”, salientando as diversas medidas já adoptadas pelo Executivo, como a aprovação de uma linha de crédito de 500 milhões de euros para as pequenas e médias empresas e o reforço de 100 milhões de euros às sociedades de

capitais de promoção empresarial.

Por outro lado, Bernardo Trindade garantiu a disponibilidade total do Governo para sensibilizar a transportadora aérea portuguesa, TAP, para a criação de novas linhas aéreas a partir dos principais destinos do país, bem assim como as concessionárias das auto-estradas, no sentido de igualmente as alertar para a necessidades de serem “criados incentivos à mobilidade rodoviária face ao actual contexto económico e financeiro”.

Visitas a Portimão e a Lagoa

No âmbito deste encontro, realizaram-se várias visitas a diversos investimentos localizados no Barlavento algarvio, nomeadamente na freguesia do Alvor, concelho de Portimão, cujo plano de intervenção da frente-de-mar prevê a requalificação das zonas balneares entre a Prainha e a Barra.

Para o presidente da autarquia, o socialista Manuel da Luz, há ainda um conjunto de outras tarefas a concretizar, designadamente a que passa “pela

requalificação do porto de cruzeiros”, mas também pela “aquisição de um rebocador oceânico” para navios com mais de 210 metros de comprimento, tendo o autarca sublinhado a importância do projecto de requalificação da zona ribeirinha.

Em Lagoa, o outro município visitado, foram destacados alguns projectos de iniciativa privada, nomeadamente a marina de Ferragudo, ou o projecto de reutilização de águas residuais do grupo Pestana.

Durante esta visita, o presidente da Concelhia socialista de Lagoa, Hugo Silva, defendeu que a Câmara Municipal deve assumir uma atitude “muito mais proactiva”, nomeadamente, como defendeu, em relação “à aplicação imediata de medidas de apoio às empresas que operam localmente”, mas também exigir uma maior celeridade dos processos de decisão referentes a projectos que tragam valor acrescentado ao concelho ao nível económico, da empregabilidade e das boas práticas ambientais. R.S.A.

Novas Fronteiras

Sócrates reitera aposta no desenvolvimento científico

O investimento em ciência, que já representa 1,8% do PIB, vai prosseguir, mesmo em tempos de crise, assegurou José Sócrates, justificando esta “aposta e prioridade política” do Governo pelo facto de ser fundamental para o “sucesso e desenvolvimento económico” do país.

J. C. CASTELO BRANCO

AO INTERVIR na sessão de encerramento, no dia 24, das Novas Fronteiras sobre a Ciência e do Conhecimento, no edifício da Alfândega do Porto, o líder do PS defendeu que, “mesmo nesta crise, o momento é para dizer que não podemos abandonar a visão de médio e longo prazo que o país deve ter a aposta no conhecimento, qualificação e ciência”, acrescentando que “investir na ciência é investir no futuro”.

Depois de salientar a aposta do Executivo socialista desde a primeira hora na área da ciência, o primeiro-ministro falou dos resultados alcançados neste domínio, apontando o Innovation Score Board, o “índice mais importante para avaliar a capacidade inovadora dos países da Europa”, que registou o “surpreendente” salto de Portugal do 22º para o 17º lugar.

“Subimos cinco lugares, mas o mais surpreendente é que mudámos de escalão, abandonando aquele em que sempre estivemos para integrar o dos ‘países moderadamente inovadores’, à frente da Itália e da Grécia e ao lado de Espanha”, disse.

O primeiro-ministro considerou que este avanço se deveu ao “investimento do país na elevação do seu potencial científico”, nomeadamente com a atribuição de 1% do PIB para a ciência em 2007, estando previsto 1,8% no Orçamento de Estado para 2009.

E apontou exemplos ilustrativos desta opção que demonstram o sucesso desta prioridade do Governo desde o início do seu mandato, como a existência de cinco investigadores por cada mil trabalhadores, duas mil bolsas anuais para doutoramento e, “pela primeira vez em Portugal”, o investimento das empresas em investigação e desenvolvimento (I&D) ter superado o investimento do Estado.

“Isto são números impressionantes. E só mesmo a pobreza do discurso político em Portugal é que permite que haja partidos que, face a eles, se limitem a dizer que o Governo trabalha para estatísticas”, disse, salientando que o Governo transformou “a ciência numa prioridade política e estratégica”.

“Eu sei bem o que querem dizer com isso. É que houve um tempo em que em Portugal a regra era não medir nada porque assim disfarçávamos melhor o nosso insucesso e mesmo a nossa mediocridade. Medir é sempre imperfeito, mas a medição ajuda-nos a nos compararmos com anos anteriores”, acrescentou.

E explicou, a propósito, que “este investimento que está a ser feito na ciência não é a pensar nos cientistas, mas sim a pensar no nosso bem-estar, no futuro, numa melhor economia, na melhoria da nossa cidadania”, já que, frisou, “quem não investe em ciência fica para trás”.

Referindo que “sem investir em conhecimento não atingiremos sucesso económico”, José Sócrates disse que a “ideia política” do Plano Tecnológico lançado pelo Governo tem como prioridades “o conhecimento, a inovação e as tecnologias”.

Por outro lado, o primeiro-ministro referiu-se à grave situação económico-financeira internacional “não para contribuir para ‘indústria tão próspera que é a caracterização da crise’, até porque, lembrou, uma vez mais, “o pessimismo nunca criou um posto de trabalho”, mas para citar Keynes que, na crise mundial de 1929/34, numa carta ao Presidente Roosevelt, criador do New Deal, afirmou que eram necessários dois tipos de medidas, as de curto prazo para resolver os problemas concretos, outras de médio e longo prazo, de aposta no conhecimento e qualificações.

Recordando que o défice alcançado em 2007 pelo Governo, de 2,6%, “foi o menor da democracia portuguesa”, o primeiro-ministro afirmou que os cortes na despesa pública para pôr as contas públicas em ordem e cumprir o Pacto de Estabilidade e Cumprimento (PEC) nunca afectaram a área da ciência, onde até aumentaram 64% logo no primeiro Orçamento de Estado.

“Foi só uma questão de convencer os outros ministros para a necessidade de aumentar até 1% a despesa na ciência e digo-vos que não foi uma tarefa difícil”, afirmou.

E manifestou o “orgulho” no trabalho desenvolvido pelo Governo na



promoção das qualificações dos portugueses, salientando que o programa “Novas Oportunidades” já conta já com 600 mil portugueses inscritos, que querem “aprender mais”.

“Servir o país, transformar Portugal num país melhor, com mais igualdade de oportunidades para todos, foi isto que nos motivou a apostar no conhecimento, na inovação, nas novas tecnologias”.

José Sócrates sublinhou ainda as mudanças em curso no mundo universitário, tendo em vista a sua modernização e agilização, referindo como exemplo a Universidade do Porto, “a primeira em Portugal a transformar-se em fundação”.

Cinco investigadores por mil activos

Antes, o ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Mariano Gago, sublinhou os “impressionantes” avanços registados nos últimos 20 anos em Portugal ao nível do sistema científico. “O atraso científico do nosso país está superado”, disse.

E lembrou também o facto de haver hoje em Portugal cinco investigadores por mil activos, “o que nos coloca ao nível da média europeia”, enquanto há 20 anos atrás havia 1,3 investigadores por cada mil pessoas a trabalhar.

“Este investimento que está a ser feito na ciência não é a pensar nos cientistas, mas sim a pensar no nosso bem-estar, no futuro, numa melhor economia, na melhoria da nossa cidadania”

Por outro lado, Mariano Gago referiu que há uma paridade entre mulheres e homens na população científica, concluindo que, por isso, “não temos um sistema arcaico”.

O também membro do Conselho Coordenador das Novas Fronteiras destacou ainda que “a incorporação dos processos científicos na economia é maior” que há duas décadas e que o crescimento registado na investigação científica “foi possível porque foi sujeito a avaliação externa”, havendo agora “mais mecanismos de controlo de financiamento”.

Mariano Gago salientou ainda

que a “internacionalização para todas as áreas da ciência foi uma estratégia de sobrevivência”, tendo Portugal beneficiado “da generosidade da comunidade científica internacional”.

E lembrou, a propósito, que há 20 anos os laboratórios nacionais, em muitos casos, funcionavam com “amostras trazidas de outros países”.

Na sua intervenção, o ministro da Ciência referiu que “nestes últimos 20 anos tivemos períodos em que o investimento em ciência e tecnologia baixou. Deixou-se de pedalar”. Mas, frisou, nestes últimos anos, a situação inverteu-se.

“Houve um contrato de confiança entre o Governo e a comunidade científica”, disse, apontando o papel crucial que o actual primeiro-ministro teve nesta matéria, ao defender a ideia de que “o desenvolvimento científico é fundamental para o desenvolvimento de Portugal”.

A abertura dos trabalhos coube a Carlos Lage, presidente da CCDDR do Norte, que elogiou o primeiro-ministro pela aposta que desde 2005 o Governo tem vindo a fazer na ciência, sublinhando o “papel essencial” que a ciência e a tecnologia têm no crescimento económico sustentado.

Carlos Lage referiu que a ci-

sta ntífico



investigadores nos vários domínios do conhecimento.

Já Gonçalo Nunes, investigador do Centro de Investigação de Materiais da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa e do Instituto de Nanoestruturas, Nanomodelação e Nanofabricação (I3N), explicou que a função da nanotecnologia é “descobrir propriedades dos materiais a uma escala atómica”.

A investigadora da TMG Automotive, Elisabete Pinho, referiu a aposta da sua empresa na inovação, que fabrica desde 1970 materiais para a indústria automóvel, nomeadamente produtos com nanotecnologias.

Vianney Pinho, presidente da SGC Energia, sublinhou que o investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D) “é a única maneira de avançar neste novo mundo” e realçou que a empresa que dirige representa “a dinâmica desta cruzada tecnológica que Portugal está a fazer”.

Por sua vez, Catarina Pinho, investigadora do Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos da Universidade do Porto, centrou a sua intervenção no trabalho que está a realizar sobre a biodiversidade nas suas diversas vertentes, nomeadamente sobre a origem das espécies.

Outro dos oradores, João Cabral, investigador do Instituto de Biologia Molecular e Celular da Universidade do Porto, realçou que o sistema científico em Portugal “melhorou extraordinariamente” nos últimos 15 anos. “Foi esta nova realidade que me fez voltar do estrangeiro”, disse.

O presidente da Novabase, Rogério Carapuça, referiu que a sua empresa, criada em 1994, “é uma das que mais investem na investigação no sector informático”, apontando como exemplo o projecto inovador do sistema de bilhética multimodal para os transportes públicos da Cidade Invicta.

A terminar o painel de intervenções falou Manuel Sobrinho Simões, presidente do Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto, que disse ser “difícil arranjar uma sessão tão ilustrativa dos avanços da ciência em Portugal” como esta das Novas Fronteiras, salientando ainda que “o desenvolvimento científico registado em Portugal nos últimos é excepcional para o nosso nível”.

Mas, acrescentou, “temos de melhorar ainda mais a relação das empresas e instituições científicas com as universidades”.

ência na região Norte tem “um potencial extraordinário”, salientando que “esta é a arma que possuímos para criar melhores condições de vida”.

E defendeu que “o culto da ciência e tecnologia deve ser um culto da sociedade portuguesa”.

Na sessão, que teve como moderador Manuel Heitor, participaram ainda dez personalidades, muitas delas jovens investigadores, que fizeram uma pequena abordagem das suas experiências em diversas áreas da ciência e do conhecimento.

Quem não investe em ciência fica para trás

O primeiro orador do painel de convidados, o belga Jean-Pierre Contzen, que presidiu à Comissão Internacional da Reforma dos Laboratórios do Estado em Portugal, destacou o notável progresso português neste domínio, defendendo ainda “quem não investe em ciência fica para trás”.

Alexandre Quintanilha, presidente do Instituto de Biologia Molecular e Celular da Universidade do Porto e do Conselho dos Laboratórios Associados, destacou o bom trabalho desenvolvido nos 25 laboratórios associados criados a partir de 2001 que há em Portugal, que conta já com três mil



Carlos Lage
Membro do Conselho
Coordenador das Novas
Fronteiras



José Mariano Gago
Membro do Conselho
Coordenador das
Novas Fronteiras



Jean-Pierre Contzen
Presidente do Von
Karman Institute
(Bélgica) e da Comissão
Internacional de Reforma
dos Laboratórios de
Estado em Portugal



Alexandre Quintanilha
Presidente do
Instituto de Biologia
Molecular e Celular da
Universidade do Porto
(IBMC) e do Conselho
dos Laboratórios
Associados



Gonçalo Gonçalves
Investigador
do Centro de
Investigação
de Materiais
da Faculdade
de Ciências e
Tecnologia da Univ.
Nova de Lisboa
(Cenimat)/ Instituto
de Nanoestruturas,
Nanomodelação e
Nanofabricação (I3N)



Elisabete Pinho
Investigadora da TMG
Automotive



Vianney Valès
Presidente da SGC
Energia



Catarina Pinho
investigadora do
Centro de Investigação
em Biodiversidade e
Recursos Genéticos
(CIBIO), Univ. do Porto



João Cabral
investigador do
Instituto de Biologia
Molecular e Celular da
Univ. do Porto (IBMC)



Rogério Carapuça
Presidente da
Novabase



**Manuel Sobrinho
Simões**
Presidente do Instituto
de Patologia e
Imunologia Molecular
da Univ. do Porto
(IPATIMUP)



Manuel Heitor
(moderador)
Convidado do Conselho
Coordenador das
Novas Fronteiras

Fernando Vasco, candidato à Câmara de Sardoal

“Um projecto de esperança e de m

Investimento, coesão social e segurança são os eixos prioritários de uma administração socialista no Sardoal e as grandes apostas do candidato do PS à presidência da autarquia, Fernando Vasco.

Em entrevista ao “Acção Socialista”, Fernando Vasco acusa o actual Executivo de maioria PSD de recorrer irresponsavelmente ao endividamento sistemático e de estar a hipotecar assim o futuro por falta de estratégia, limitando-se a uma gestão de rotinas. Convicto de que é possível um virar de página para os sardoalenses já este ano, Fernando Vasco garante que a lista que encabeça tem um projecto de mudança e esperança baseado na melhoria da qualidade de vida das populações e no desenvolvimento sustentado do concelho.

Porque aceitou ser o candidato do PS à presidência da Câmara de Sardoal?

Por razões de natureza diferente. Pelos laços afectivos e de nascimento que me ligam ao Sardoal. Nasci neste concelho há 54 anos, bem como os meus pais e avós, a minha mulher, daí a relação forte que possuo com o Sardoal e com os sardoalenses.

Pelo meu percurso de vida. Sou licenciado em Direito, quadro superior da Assembleia da República, com 36 anos de carreira, especialista em Legística e Ciência da Legislação e neste momento a fazer um doutoramento no ISCTE, na área de Gestão. Nos últimos quatro anos desempenhei funções de chefe de gabinete do secretário de Estado da Administração Interna e de assessor do secretário de Estado da Protecção Civil.

Porque ao longo da minha vida adquiri um conjunto de competências que, associadas ao facto de nos últimos quatro anos ter liderado o Grupo do PS/Sardoal na Assembleia Municipal, me levaram a acreditar que o Sardoal precisava de alguém que tivesse o know how técnico, mas sobretudo político, com capacidade de liderar um projecto de esperança e mudança. No fundo, um projecto de salvação municipal que recuperasse o Sardoal de uma gestão desastrosa do PSD nos últimos 16 anos, que se traduziu numa gestão de rotinas, num aumento do endividamento, no hipotecar das gerações vindouras, na ausência de uma ideia, de um projecto, ou de qualquer estratégia para o desenvolvimento do concelho.

E também porque sou socialista com militância activa, deputado municipal, presidente da Comissão Política Concelhia, membro da Comissão Distrital e da Comissão de Jurisdição Nacional e entendo a aceitação desta candidatura como um dever de alguém que possui determinadas competências e ao longo da vida defendeu determinados valores e que por isso tem o dever cívico de dizer presente, aos seus camaradas e aos seus concidadãos, quando estes entendem dever ser eu o melhor candidato para liderar um

projecto de esperança e de mudança no Sardoal.

Que trunfos tem o PS para conquistar a autarquia?

Importa recordar que nos últimos quatro anos estruturámos institucionalmente o PS/Sardoal, inaugurámos uma sede, com a presença do secretário nacional da Organização, Marcos Perestrello, elegemos, por duas vezes, os órgãos concelhios do partido, criámos um Gabinete de Apoio ao Município, dinamizámos as “Conferencias do Sardoal”, em que estiveram presentes, dois membros do Governo, Eduardo Cabrita e Fernando Medina, e o deputado António José Seguro, participámos activamente nos congressos nacionais e federativos, conquistámos espaço de transmissão de pensamento e de oposição nos órgãos de comunicação regional e, nalguns casos, mesmo nacionais.

Quebrámos o isolamento num concelho em que o presidente da Câmara vai no 16º ano de mandato consecutivo.

Temos hoje um capital de credibilidade que fomos acumulando paulatinamente, dia após dia, fruto do trabalho de oposição que temos vindo a desenvolver com os sardoalenses, com as diversas manifestações da sociedade civil, das associações desportivas e culturais, nos diversos órgãos autárquicos, com os nossos vereadores, os nossos deputados e os membros das juntas de freguesia.

Temos uma candidatura, que é uma candidatura do PS, constituída por militantes e independentes, mulheres e homens com credibilidade, com competências técnicas e políticas reconhecidas. Temos uma ideia, um projecto e uma estratégia de gestão e desenvolvimento sustentado para o Sardoal e para os sardoalenses.

Quais vão ser as prioridades do programa autárquico do PS?

As prioridades traduzem-se no desenvolvimento de políticas pró-activas de apoio aos empresários, através da criação de condições que permitam a manutenção e criação de



novos empregos, no apoio à população idosa, através da implementação de mecanismos de proximidade que lhes permita fornecer solidariedade, assistência e segurança a quem muitas vezes vive só, com dificuldades económicas, sociais, de mobilidade e de acesso à saúde.

Outra prioridade é proporcionar aos jovens condições de desenvolvimento sociocultural e infra-estrutural que lhes permitam instalarem-se no concelho, contribuindo assim para a tão necessária fixação de população.

Em que áreas essenciais deve assentar a acção de um futuro Executivo socialista?

Deve assentar em três grandes eixos principais: investimento, coesão social e segurança.

Investimento, sem o qual o concelho não se poderá desenvolver e criar as mais-valias necessárias à aplicação de um projecto sustentado.

Coesão social, fundamental para o apoio aos idosos, aos desempregados, aos mais debilitados.

Segurança, terceiro eixo fundamental e uma nova preocupação dos cidadãos, dos idosos aos mais jovens, a qual não só a Administração Central deve dar resposta, mas também as autarquias terão de ter um papel fundamental na criação de condições de prevenção que assegurem às suas populações o sentimento de segurança que têm direito a usufruir.

O concelho do Sardoal possui, no entanto, três grandes potencialidades: floresta, água e turismo.

A conjugação e desenvolvimento destes três factores possibilitarão no futuro a criação das mais-valias necessárias a um desenvolvimento sustentado do concelho que proporcione um efectivo apoio aos

empresários, às associações e às forças vivas do concelho.

De que forma pensa envolver as forças vivas do concelho e as personalidades independentes na elaboração das bases programáticas em que vai assentar a sua candidatura?

Em Fevereiro de 2008, a Concelhia do Sardoal criou um grupo de trabalho com o objectivo de propor a definição de um projecto, de uma estratégia e de um perfil para os candidatos autárquicos do PS ao concelho.

Desse trabalho resultou claramente a evidência de que uma candidatura para ser ganhadora teria de ter a participação activa das forças vivas no concelho, designadamente as associações culturais e desportivas, bem como uma forte participação dos municípios independentes.

É esse o caminho que estamos actualmente a percorrer, reunindo com as associações, com cidadãos independentes, ouvindo os seus anseios e recolhendo contributos do maior número de sardoalenses para o programa que estamos a preparar.

Que balanço faz da gestão maioritária do PSD na Câmara?

Durante estes 16 anos o concelho foi gerido de modo irresponsável e desastroso, que se caracterizou por uma gestão de rotinas e por um isolamento total relativamente à aplicação de conceitos como a intermunicipalidade ou a supra municipalidade com reflexos directos na ausência de participação do concelho em projectos integrados no QREN ou na captação de investimentos, através da apresentação de projectos capazes de serem comparticipados através da assinatura de contratos-programa

com a Administração Central ou projectos europeus.

Nada disto foi feito e o resultado está à vista. As próximas eleições autárquicas são a grande oportunidade para uma mudança de política no concelho.

O Executivo do PSD geriu as próprias obras que efectuou ao longo destes 16 anos à custa de empréstimos, que serviram essencialmente para reparações de estradas, rotundas, colocação de candeeiros, criar algumas bolsas de ostentação, como relvados à entrada do concelho.

Destas obras não foi retirado qualquer interesse económico ou mais-valias significativas. O que o actual presidente fez foi ir ao banco pedir dinheiro emprestado e mandar fazer estas obras, de modo avulso e sem a existência de um plano integrador das mesmas.

O que o Executivo nunca fez e devia ter feito era gerir melhor o dinheiro dos contribuintes e não endividar os próximos quatro executivos que terão de pagar as dívidas que o PSD contraiu ao longo destes 16 anos.

Nos últimos dois anos, o Sardoal recebeu do Orçamento do Estado mais 200 mil euros em cada ano do que ano anterior. Só estes 400 mil euros já davam para pagar as obras previstas para este ano, cuja receita, mais uma vez, provirá de um empréstimo bancário a 20 anos.

Temos dívidas a fornecedores e empreiteiros da ordem dos dois milhões de euros. Temos dívidas a longo prazo da ordem dos dez milhões de euros e temos um orçamento real anual da ordem dos 5,5 milhões de euros. É impossível, sem a adopção de uma nova política de mudança, de rigor, inverter esta situação.

Acreditamos que é possível. Temos uma equipa credível, que os sardoalenses conhecem, com competências técnicas e políticas, capazes de proporcionar a mudança e o desenvolvimento do Sardoal e a melhoria das condições de vida dos sardoalenses.

Quais os principais problemas que identifica no concelho?

O concelho do Sardoal, com aproximadamente 3600 eleitores, tem uma população envelhecida, uma baixa taxa de natalidade e um nível cada vez mais preocupante de desemprego.

A população envelhecida do Sardoal tem o direito a usufruir dos cuidados e aconchegos de que precisa.

O Estado, quer através da Administração Central quer através da autarquia ou da sociedade civil, deve proporcionar a existência desses serviços. O papel das autarquias é criar as condições para que esse apoio seja efectivo, célere, eficaz e de proximidade, de preferência no local onde essa necessidade é verdadeiramente sentida, ou seja, na casa dos idosos.

Queremos trabalhar esta política juntamente com os municípios mais

udança”

próximos. Queremos proporcionar cuidados de saúde de proximidade às pessoas mais idosas, designadamente às que vivem isoladas ou com dificuldades de mobilidade.

Queremos trabalhar juntamente com os outros municípios, designadamente no âmbito da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, no sentido de criar uma rede de transportes vocacionados para a área da saúde, a utilizar por todos aqueles que estejam impossibilitados de recorrer aos mecanismos de transporte actualmente existentes, devido a deficientes condições económicas ou físicas.

Nenhum concelho sobreviverá sozinho no futuro.

Outro dos nossos projectos que visa dar resposta a este problema que consideramos estrutural para a qualidade de vida dos sardoalenses é a aquisição de uma unidade móvel de saúde que possa dar corpo a esta política de proximidade que pretendemos implementar no concelho.

O endividamento camarário progressivo, hipotecando o futuro das próximas gerações, e a ausência de qualquer ideia significativa nos últimos 16 anos, por parte do presidente da Câmara, impossibilita a sobrevivência do Sardoal enquanto concelho, tornando-se imperativo que os sardoalenses, através do voto, façam a sua opção numa nova política de mudança protagonizada pela candidatura do PS.

A inexistência de qualquer investimento digno do seu nome tem impedido o Sardoal de caminhar no sentido do desenvolvimento. O desemprego aumentou. O apoio aos empresários e à criação de novas empresas é nulo. As receitas orçamentais são gastas na sua quase totalidade em despesas sumptuárias e com pessoal. A gestão despesista do actual executivo origina um aumento anual progressivo do défice.

É hoje claramente visível a existência de uma política do Executivo que se caracteriza pela ausência de projectos, por falta de uma cultura inter-municipalista que o impede de compreender a importância que tem o QREN para o desenvolvimento da região e do concelho, pelo endividamento e não pagamento de milhões de euros a fornecedores, a instituições, a associações públicas e a juntas de freguesia.

Qual o trabalho que já tem sido desenvolvido pelas estruturas socialistas do concelho, nomeadamente ao nível dos contactos com a população e a sociedade civil?

A Concelhia do PS/Sardoal e a comissão que suporta esta candidatura, composta por militantes e independentes, têm desenvolvido um percurso de contactos com a população e com as associações de moradores, culturais e desportivas que tem como objectivo ouvir as suas preocupações, recolher, deste modo,

os contributos necessários à feitura do Programa Eleitoral e apresentar as propostas da candidatura que já foram tornadas públicas.

Recordo que o PS/Sardoal anunciou a sua primeira promessa eleitoral, aquando da visita dos deputados do PS ao concelho, em Maio passado, em conferência de Imprensa: “Se merecermos a confiança da maioria dos sardoalenses, como acreditamos que vai acontecer, celebraremos um protocolo com a Câmara Municipal de Abrantes para que o concelho do Sardoal passe a ser abastecido de água da Barragem de Castelo de Bode, através da ligação da rede do Sardoal à rede de Abrantes”, contribuindo assim para melhorar a qualidade de vida dos sardoalenses.

Estamos convictos, porque conhecemos bem o concelho e os sardoalenses, que apesar de todos os nefastos condicionalismos existentes, fruto da irresponsável e desastrosa política levada a cabo pelo Executivo do PSD, estão criadas as condições para a substituição em 2009, da política “do mais do mesmo” por uma política de mudança virada para um futuro de desenvolvimento do Sardoal e da melhoria da qualidade de vida dos sardoalenses.

Com a ajuda do partido no seu todo, dos seus dirigentes nacionais, do presidente da Federação e da Federação de Santarém, dos restantes autarcas socialistas do distrito e dos dirigentes concelhios, estamos convictos que, com os sardoalenses, saberemos ultrapassar esta difícil e dramática situação política no Sardoal.

Em que ponto se encontra a escolha dos candidatos do PS às juntas de freguesia do concelho?

O perfil dos candidatos do PS às quatro juntas de freguesia do Sardoal já foi definido e já se iniciaram contactos com os quatro potenciais candidatos. Na sua grande maioria serão independentes que perfilham com o PS os valores da liberdade, fraternidade e solidariedade e a defesa intransigente das suas populações.

O seu anúncio público ocorrerá durante o segundo trimestre de 2009.

Antes iremos apresentar, já no próximo dia 7 de Março, no Sardoal, durante um jantar público e aberto a todos os sardoalenses que nos queiram honrar com a presença, os candidatos à Câmara e à Assembleia Municipal do Sardoal.

De que forma pretende gerir o relacionamento entre o município e freguesias, se resultar eleito?

Procuraremos dotar as freguesias das competências delegadas e dos meios materiais necessários ao cumprimento das suas competências, sem esquecer o seu papel de proximidade privilegiada que detêm junto das populações.

Maioria socialista aprova Orçamento Suplementar para combater a crise

O PARLAMENTO aprovou em votação final global, no dia 5, com os votos favoráveis da maioria socialista e contra da oposição, o Orçamento Suplementar, que tem como linhas centrais o reforço do investimento público e a continuação do rigor das contas públicas.

A bancada socialista apresentou duas propostas de alteração ao Orçamento Suplementar. Uma das propostas acerta o valor das receitas que a Segurança Social deixa de receber devido às isenções de taxas praticadas e que, segundo o Ministério das Finanças, corrige em 170 milhões de euros o mapa que inicialmente foi entregue na Assembleia da República.

A outra alteração evita uma duplicação da data de entrada em vigor de uma lei na área da Defesa, situação que, aliás, já tinha sido esclarecida em sede de Comissão Parlamentar de Defesa.

O debate foi marcado pela questão da intervenção do Estado no BPN e no BPP, tendo o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, reiterado que “o Estado não gastou nem envolveu, até este momento, qualquer dinheiro dos contribuintes nestas operações”, em resposta às críticas das bancadas da oposição.

Teixeira dos Santos referiu ainda que o valor das imparidades do BPN, encontrado pela actual administração do banco, “reforça o argumento da necessidade de nacionalização”.

No Orçamento Suplementar para 2009, o Governo prevê uma contracção do produto interno bruto (PIB) igual a 0,8%, uma taxa de desemprego de 8,5% e um défice de 3,9% do PIB.

De salientar que as medidas da Iniciativa para o Investimento e Emprego, aprovadas no Conselho de Ministros de 13 de Dezembro de 2008 para fazer face aos efeitos



da crise, representam um acréscimo de 1300 milhões de euros no Orçamento de Estado e são a causa da subida de 0,8% do défice.

Recorde-se que no dia 29, na apresentação da Iniciativa para o Investimento e o Emprego, incluída no âmbito do Orçamento Suplementar, que inclui a redução temporária da contribuição para a Segurança Social pelas empresas e a requalificação de 100 escolas, Teixeira dos Santos sublinhou que a proposta, “para além de contribuir para o reforço da competitividade, também enfrenta a crise”.

Na sua intervenção durante o debate parlamentar, o ministro das Finanças defendeu, uma vez mais, que “é pela via da despesa pública e privada que a economia tem de ser impulsionada” para fazer face à “crise financeira internacional iniciada pela crise do mercado de crédito ‘subprime’ norte-americano”, que está a ter “consequências económicas bem mais graves do que se esperava, com um impacto na economia real a nível global”. E acrescentou que “os traços negros agravam-se de semana para semana”.

No debate, onde as irrealistas propostas dos partidos à esquerda do PS de aumento descontrolado

da despesa e das estafadas propostas do PSD e CDS de descidas de impostos, Teixeira dos Santos insistiu na tese de que a melhor forma de recuperar da crise é aumentar o investimento público em vez de descer a carga fiscal, já que, explicou, “tem que se gastar o suficiente para preencher o vazio deixado pela retração do sector privado”.

Rigor e disciplina orçamental

E para ilustrar a boa opção do Governo, seguida aliás pelos seus congéneres europeus de todas as matrizes políticas, lembrou uma recente carta que o Prémio Nobel da Economia, Paul Krugman, enviou ao Presidente Barack Obama, onde o economista defende peremptoriamente que “descidas de impostos não devem estar no centro do programa de recuperação”.

Quanto à actualização do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), o ministro das Finanças esclareceu que “as circunstâncias excepcionais da crise internacional impõem uma pausa no processo de consolidação” das contas públicas, mas que “o rigor e a disciplina orçamental não são abandonados”.

Consultas ao domicílio em bairros problemáticos

COM vista a proteger a saúde das populações mais desfavorecidas de alguns bairros problemáticos dos centros urbanos do país, arranca em Março uma iniciativa que prevê a realização de consultas médicas ao domicílio.

Segundo adiantou a ministra Ana Jorge, este projecto aposta na “boa relação com a população” para a identificação e resolução de vários problemas que afectam os mais desfavorecidos, envolvendo os ministérios da Saúde e do Trabalho e Solidariedade Social, as autarquias locais



e os governos civis.

De referir que as visitas aos domicílios das equipas médicas

móveis começarão a realizar-se nos distritos de Lisboa, Setúbal e Porto, dando prioridade, na fase inicial, às consultas para recém-nascidos e idosos.

“Vamos identificar as zonas onde isto é mais importante fazer e apoiar as famílias”, disse Ana Jorge, para quem “a saúde não é um problema isolado” e “tem um papel decisivo”, uma vez que através dos cuidados médicos ficam expostas algumas situações de maus-tratos, fome ou abandono.

Manuel da Luz, recandidato à Câmara de Portimão

“Estamos a executar em Portimão um novo paradigma de desenvolvimento”

Um balanço “francamente positivo” é o que faz Manuel da Luz do seu mandato à frente dos destinos do município de Portimão, onde, sublinha, até à data foram cumpridas 80% das medidas apresentadas pelo actual Executivo, destacando a construção de “importantes equipamentos” e a aposta no investimento na área social. Em entrevista ao “Acção Socialista”, o autarca do PS refere que nestes três anos e meio de gestão “estamos a executar em Portimão um novo paradigma de desenvolvimento”, em que assume que a expansão urbana associada à ocupação extensiva e, por vezes, abusiva do território, está a dar lugar à requalificação urbana.

Que balanço faz deste mandato que está prestes a completar na presidência da autarquia de Portimão?

Faço um balanço francamente positivo. Numa análise fria e estatística, podemos afirmar que 80% das medidas apresentadas por este Executivo à população de Portimão estão, à data de hoje, cumpridas. Realço, neste domínio, a concretização de importantes equipamentos, como o novo Mercado Municipal de Portimão, um investimento de mais de quatro milhões de euros que deu origem a um equipamento de referência a nível nacional e que já teve mais de um milhão de visitantes/clientes. Outro exemplo é o Museu de Portimão, um investimento de mais de 9,5 milhões de euros. Inaugurámos o Autódromo Internacional do Algarve, um equipamento único em Portugal, que nasce de uma parceria público-privada bem conseguida e que, desde a sua abertura, tem recebido os mais rasgados elogios da comunidade automobilística, de turistas que nos visitam e da população de Portimão. Mais recentemente abrimos ao público o Teatro Municipal de Portimão, um investimento de 12 milhões de euros no casco urbano da cidade. São exemplos puros de “obra feita”, mas também não podemos deixar de referir uma estratégia que colocámos em prática visando a diferenciação e o incremento de valor percebido, através de uma política de promoção de eventos de referência, de dimensão internacional e com forte impacto mediático, capazes de captar novos e mais públicos.

Quais as motivações que estão na base da sua recandidatura?

Por um lado, o sentimento do dever cumprido e, por outro, a consciência de que temos conseguido criar novas oportunidades e desafios para o desenvolvimento do concelho e que hoje funcionam como forte motivação para continuar a demonstrar a minha dispo-

nibilidade ao Partido Socialista. Estou a falar de projectos que nos últimos anos temos vindo a preparar com o objectivo de marcar o futuro de Portimão, nomeadamente a segunda fase de requalificação da zona ribeirinha de Portimão, a conclusão do Complexo Desportivo de Portimão, a nova rede das acessibilidades para Portimão e a prossecução e consolidação de um novo modelo de desenvolvimento económico, menos dependente do turismo.

Da obra realizada nos últimos quatro anos, que destacaria como sendo expressão de uma administração socialista?

Várias vezes tenho afirmado que a actividade autárquica só faz sentido se tiver como primeiro e último fim as pessoas. Só a melhoria da qualidade de vida das pessoas, preenche a minha noção de serviço público e de responsabilidade social, jogando-se aqui o sentido de missão para que fomos eleitos. Foi neste espírito que nunca voltámos a cara ao investimento social. Foi por isso que nunca deixámos de promover a construção de inovadores equipamentos sociais, uma vez que sempre acreditámos que uma sociedade só seria justa e solidária se soubesse promover uma verdadeira igualdade de oportunidades: erradicando barracas, apoiando a construção de creches, infantários, lares e residências para a terceira idade, procurando parcerias e com o contributo de fundos comunitários. Aqui, em Portimão, sempre fomos pelo social. Temos uma agenda de intervenção política bem definida para a inclusão social, para a qualificação e o bem-estar das populações. Penso ser esta a nossa marca distintiva enquanto autarquia socialista.

Que outras metas programáticas precisam de continuidade?

Requalificação urbana, competitividade económica e social, desenvolvimento de actividades



“Temos uma agenda de intervenção política bem definida para a inclusão social, para a qualificação e o bem-estar das populações. Penso ser esta a nossa marca distintiva enquanto autarquia socialista”

complementares e alternativas à “indústria do Turismo” e a implementação de energias renováveis em todo o município são algumas metas a dar continuidade.

Como tem sido o relacionamento entre a autarquia e o Governo liderado pelo camarada José Sócrates?

Tem sido um relacionamento que considero bastante profícuo. Conseguimos, nestes quatro anos “colocar de pé” importantes projectos que representam a concretização de velhos anseios e aspirações da população de Portimão. Aqui concretizámos um dos primeiros PIN’s do país – o Autódromo Internacional do Algarve; concretizou-se o desassoreamento do Canal de Navegação e Bacia de Manobra do Porto de Cruzeiros de Portimão – uma promessa que tardava a concretizar-se, teve início a Construção do Novo Centro de Saúde de Portimão; vai ser lançada a empreitada para o novo Centro de Emprego de Portimão. São os exemplos mais significativos e que demonstram muito bem o comprometimento deste Governo com Portimão.

Quais os desafios que considera prioritários para o concelho nos próximos quatro anos? Em que moldes é que deve assentar o desenvolvimento sustentado de Portimão nos próximos anos?

Assumi este mandato com a

firme convicção de que Portimão estava no rumo certo, que a estratégia pensada e delineada seria a que melhor podia corresponder aos anseios da população e dos agentes económicos e sociais. Estes três anos e meio de mandato confirmam que a nossa aposta estava certa, que os objectivos delineados são os correctos.

Estamos a executar em Portimão um novo paradigma de desenvolvimento, para o qual partimos com um projecto de cidade ou, se preferirem, com um olhar para a cidade como projecto.

O que é esse novo paradigma do desenvolvimento?

Um projecto de cidade onde crescimento tem de significar desenvolvimento. Estou a referir-me a um novo paradigma de cidade onde se assume que a expansão urbana associada à ocupação extensiva – e, por vezes, abusiva do território vai, cada vez mais, dando lugar à requalificação urbana, privilegiando-se a

recuperação do edificado existente e a melhoria do ambiente urbano.

As questões da cidade, hoje, em Portimão, já não são as dos anos 80 e 90 do passado século XX. Repito: estamos perante um novo paradigma onde Portimão assume a sua urbanidade particularmente nas quatro dimensões que passo a referir: ambiente urbano, património, espaço público e marketing territorial. Ou seja: a coesão interna da cidade, a regeneração do património, a integração social e a promoção de Portimão como marca e destino internacionais.

É no quadro destas dimensões da cidade que nos propomos desenvolver um conjunto integrado de iniciativas que abranjam todo o município, com o objectivo de melhorar os padrões urbanos, quer ao nível das infra-estruturas físicas, quer na perspectiva de colmatar os problemas sociais e de promover o desenvolvimento económico sustentado, devendo a cidade comunicar com o exterior particularmente através da oferta de uma imagem de marca territorial positiva.

Joaquim Couto, candidato à Câmara de Gaia

“Gaia e os gaienses em primeiro lugar sempre”

Assegurar a sustentabilidade do todo concelhio nas diversas áreas é o objectivo central do projecto autárquico que o candidato socialista à presidência da Câmara de Vila Nova de Gaia vai propor aos munícipes. Em entrevista ao “Acção Socialista”, Joaquim Couto manifesta-se determinado em vencer as próximas autárquicas em Gaia, concelho que o Executivo de maioria PSD tem utilizado para projectos pessoais de índole nacional. O candidato socialista critica, por outro lado, as desigualdades e a inaceitável discriminação territorial existente no concelho.

Com que espírito encara o convite da Concelhia socialista para ser o candidato à presidência da Câmara de Gaia?

Como um grande e estimulante desafio. Vila Nova de Gaia é um dos maiores concelhos do país. Ser candidato do PS num concelho desta dimensão é uma grande responsabilidade.

Afirmou que este é um desafio “estimulante”. Porquê?

Pela importância do concelho no panorama da Área Metropolitana do Porto e do país. Porque podemos oferecer aos gaienses uma alternativa centrada nas suas necessidades, interesses e anseios. Porque o PS em Vila Nova de Gaia está muito bem organizado e tem militantes e dirigentes de elevada qualidade. Porque o actual poder autárquico utiliza Vila Nova de Gaia para projectos pessoais de índole nacional, colocando o concelho e as pessoas em último lugar. Finalmente, porque toda a gente diz que o actual presidente já ganhou as eleições. Queremos provar que são os cidadãos que decidem e escolhem quem quer à frente do município.

Quais os primeiros passos que vai dar para preparar a sua candidatura?

Nesta fase estou a conhecer em profundidade o concelho. A primeira impressão é preocupante, porque é surpreendente o conjunto de problemas sociais graves que estou a encontrar. Em Vila Nova de Gaia não existe coesão social. As desigualdades, mesmo nas infra-estruturas, entre as várias zonas do concelho são chocantes. As diferenças entre o litoral e o interior terão que ser superadas rapidamente. Não podem existir freguesias de primeira e freguesias de segunda ou terceira.

Em que pontos-chave vai assentar o programa que o PS tem para propor aos gaienses?

Com o PS e comigo as pes-

soas estarão em primeiro lugar. Gaia e os gaienses em primeiro lugar sempre. Garantir a coesão territorial e social, assegurar a sustentabilidade do todo concelhio nas diversas áreas serão os objectivos centrais de um plano de trabalho que apresentaremos aos gaienses.

Que balanço faz do último mandato de Luís Filipe Menezes à frente do município?

Um mandato de uma espécie de fim de ciclo. Muito mais preocupado com a liderança do PSD do que com Vila Nova de Gaia e com os gaienses. Muito mais preocupado com soluções imediatas que lhe rendam protagonismo fora de Gaia do que com Vila Nova de Gaia e os gaienses. Um mandato com uma gestão facilitista e despesista sem limites. Admito que nos dois primeiros mandatos o actual presidente da Câmara até fez obra. Quanto a este mandato, todos sabemos que ele só ainda é presidente porque não conseguiu manter a liderança do PSD.

Quais as principais debilidades e problemas que, na sua opinião, enfrenta o concelho?

Como disse, estou na fase de estudar a fundo todos os problemas. Ainda não foi apresentada a candidatura. A seu tempo apresentarei as conclusões do trabalho que estou a fazer.

Se sair vitorioso nas próximas autárquicas, como espera que seja o relacionamento da Câmara com o Governo central?

Será uma relação institucional e de grande exigência. Fui presidente da Câmara de Santo Tirso e sei o seguinte: primeiro é preciso ter projectos sustentados e importantes, depois ser capaz de conseguir os apoios indispensáveis, exigindo apoio dos responsáveis governamentais.

E com as freguesias?

Tratamento rigorosamente igual para com todas. A descri-



minação política e ou territorial é absolutamente inaceitável. Depois, num concelho com a dimensão de Vila Nova de Gaia, é essencial descentralizar recursos e competências. É preciso

desenvolver práticas de parceria e de proximidade. As juntas de freguesia podem e devem ser parceiras da Câmara Municipal numa grande diversidade de competências.

Vamos introduzir estas práticas com o objectivo de conseguir maior eficácia nos resultados. Queremos dar respostas mais rápidas e de melhor qualidade às pessoas que precisam delas.

PERFIL JOAQUIM COUTO AVANÇA POR GAIA

Em política há sempre alternativas e nunca há vitórias antecipadas. É com esta convicção que o camarada Joaquim Couto aceitou o repto de ser o candidato do PS que quer e está determinado em retirar a presidência da autarquia de Vila Nova de Gaia à maioria PSD. Natural de Santo Tirso, Joaquim Barbosa Ferreira Couto, actualmente com 57 anos, licenciou-se em Medicina na Faculdade de Medicina da Universidade do Porto em 1976, obtendo o grau de mestre em Medicina Natural em 2006, na Universidade de Santiago de Compostela. Na esfera profissional, exerceu

como médico de família no Serviço Nacional de Saúde entre 1983 e 2001, tendo trabalhado também no Hospital Militar da Força Aérea e no Hospital Geral de Santo António do Porto. Desde 2005 é deputado na Assembleia da República, onde também é membro efectivo na Comissão Parlamentar de Saúde e suplente na Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas. Integra ainda o Grupo de Trabalho Parlamentar “Regime Jurídico da Qualidade e Segurança Relativa à Dádiva, Colheita, Análise, Processamento, Preservação,

Armazenamento, Distribuição e Aplicação de Tecidos e Células de Origem Humana”. Entre os cargos que exerceu no âmbito do poder local e regional destacam-se a presidência da Câmara Municipal de Santo Tirso (1982-1999) e o cargo de governador civil do Porto (1999-2002). No âmbito partidário, Joaquim Couto foi membro da Comissão Política Nacional do PS de 1989 até 2004, presidente da Comissão Política Concelhia do PS/Santo Tirso de 1988 até 2003 e co-fundador e presidente da Comissão Directiva da ANA/PS, entre 1990 e 1994. M.R.

Socialistas de Abrantes apresentam os candidatos à Câmara e à Assembleia Municipal

Maria do Céu Albuquerque é a candidata socialista à presidência da Câmara Municipal de Abrantes, enquanto Jorge Lacão, actual secretário de Estado da Presidência, vai renovar a sua candidatura à Assembleia Municipal.

A DECISÃO foi tomada no âmbito da Comissão Política Concelhia de Abrantes, no passado dia 23 de Janeiro, tendo os dois candidatos alcançado um apoio maciço por parte dos militantes.

Com 38 anos de idade, licenciada em bioquímica, Céu Albuquerque, que desempenha actualmente as funções de vereadora na Câmara de Abrantes, liderada desde 1993 pelo socialista Nelson Carvalho, tem a seu cargo no Executivo municipal um vasto conjunto de responsabilidades, que passam, entre outras, pela coordenação política da divisão de desenvolvimento económico e da divisão dos serviços urbanos, pela presidência dos serviços municipalizados e ainda pela presidência da Tagus Valley, Tecnopolo do Vale do Tejo.

Para os socialistas, a nova candidata à Câmara Municipal de Abrantes reúne todas as condições, "pessoais e técnicas", como referiu a líder do PS/Abrantes, Isilda Jana.

A seu favor joga também a conjugação da idade, maturidade e motivação, elementos sempre necessário, como recordou a presidente da Concelhia do PS, "para se poder protagonizar um

novo ciclo na vida autárquica em Abrantes".

É agora chagada a altura, diz o PS, de começar a apresentar à comunidade e aos cidadãos do concelho os protagonistas que escolheu, a sua estratégia, e os seus projectos para o próximo ciclo autárquico.

Como lembra a líder do Partido Socialista de Abrantes, a candidata Céu Albuquerque é conhecida, não só pela sua competência nas diversas áreas em que exerce ou exerceu a sua actividade, como por possuir igualmente um perfil técnico de elevadíssima qualidade.

Conhecedora profunda da realidade local, a candidata socialista possui ainda uma visão global e abrangente da actividade municipal, resultado da sua grande experiência autárquica e das diversas actividades políticas desempenhadas, quer de carácter partidário, quer de âmbito público ou local.

A candidata socialista à Câmara Municipal de Abrantes, recorda ainda a líder do PS local, tem ainda a seu favor o facto de revelar uma forte motivação pessoal para o exercício do cargo.

Um dos primeiros objectivos da candidatura de Céu Albuquerque passa por dar início a um novo



ciclo assente num planeamento estratégico a 12 anos, em que as palavras de ordem serão "renovar, inovar e realizar".

Não deixando de sublinhar que continuará a defender o que designou por "património político das governações socialistas em Abrantes", Céu Albuquerque lembrou que a actual crise mundial "exige mais políticas centradas nas pessoas", de modo a fomentar o direito à igualdade de oportunidades, mas também à coesão social e ao combate à discriminação.

Maria do Céu Albuquerque

nasceu em Abrantes, é casada e tem duas filhas.

Do seu vasto percurso, técnico e político, destaque para o de investigadora no laboratório de microbiologia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, técnica do laboratório intermunicipal LabGat, coordenadora do processo de transformação do LabGat em A.Logos, directora técnica do A.Logos, directora executiva da Tagus Valley, vereadora da Câmara Municipal de Abrantes com responsabilidades em áreas como a presidência dos serviços

municipalizados, presidência da Tagus Valley, coordenação política da divisão de desenvolvimento económico e da divisão de serviços urbanos.

A todo este vasto trajecto, é ainda reconhecido à candidata socialista inúmeras qualidades pessoais que passam por uma boa relação pessoal com quem a rodeia, sejam colegas, colaboradores, parceiros ou agentes locais ou regionais de desenvolvimento, mas também uma capacidade ímpar de trabalho, para além de um forte sentido de liderança. R.S.A.

Regularize as suas quotas

Valores aplicáveis somente a partir de 2008:

Quota mínima	Quota suplementar (Inclui "Acção Socialista")
Semestral.....6€	Semestral...12€
Anual12€	Anual.....24€

As quotas do PS podem ser regularizadas das seguintes maneiras:

- Depósito bancário em cheque;
- Transferência bancária
Conta: Millennium BCP
PS-QUOTIZAÇÕES - N.º 452 341 62873
NIB - 0033 0000 4523 4162873 05
Para as operações referidas em 1 e 2 é obrigatório indicar o n.º de militante, no balcão onde as efectuar.
- Pagamento através do MULTIBANCO da seguinte forma:
ENTIDADE 20132
REFERÊNCIA 0000...+ N.º DE MILITANTE
(total de 9 dígitos)
MONTANTE Quota mínima (Semestral - 6€, Anual - 12€)
Quota suplementar (Semestral - 12€, Anual - 24€)

Linha Azul
808 201 695

Contamos consigo!



Fernando Mendonça é candidato a Estarreja

O CAMARADA Fernando Mendonça é o candidato escolhido por unanimidade pela Comissão Política Concelhia de Estarreja para encabeçar a lista do PS à Câmara Municipal local nas eleições autárquicas deste ano.

Aos 40 anos, Fernando Mendonça abraça com entusiasmo o desafio e a honra de ser candidato socialista à presidência da Câmara porque quer fazer de Estarreja "uma terra feliz".

A decisão da Comissão Política Concelhia foi anunciada pelo ex-autarca socialista Vladimiro Silva, durante o jantar-festa de apresentação do candidato, na presença de mais de três centenas de militantes, entre os quais alguns autarcas, e dos deputados eleitos por Aveiro, nomeadamente, Afonso Candal, Rosa Maria Albernaz, Helena Terra, Pedro Nuno Santos, Costa Amorin e Mariza Macedo, além do líder da Juventude Socialista Distrital, Pedro Vaz.



Refira-se que Fernando Mendonça é licenciado em História da Arte pela Universidade de Coimbra, com pós-graduação em Gestão Pública pela Universidade de Aveiro.

Foi vereador da Cultura, Desporto, Acção Social, Educação e

Juventude da Câmara Municipal de Estarreja entre 1994 e 2001.

No mandato em que foi vereador na oposição contra a maioria PSD/PP, uma das suas propostas mais vindicadas foi sobre o IC1, defendendo a fusão desta via com a Auto-Estrada do Norte entre Estarreja e Albergaria-a-Velha, com portagens grátis entre os dois troços para os habitantes de Estarreja.

Simultaneamente, Fernando Mendonça ocupou diversos cargos nas estruturas locais e regionais do PS, fazendo parte, actualmente, da Comissão Política e do Secretariado Distrital.

Tornou-se adjunto do governador civil de Aveiro em Abril de 2005, cargo que ainda exerce.

Net.sobre_rod@s em Santo Tirso

O EXECUTIVO camarário de Santo Tirso, presidido pelo camarada Castro Fernandes, quer “levar as novas tecnologias de informação às famílias mais carenciadas” do concelho através do projecto net.sobre_rod@s.

Trata-se de uma iniciativa que envolve a Segurança Social, no âmbito do Contrato Local de Desenvolvimento Social, e que conta com uma carrinha adaptada e equipada com seis computadores que, sob orientação de monitores informáticos, percorrerá diariamente, de segunda a sábado, os 13 conjuntos habitacionais de gestão municipal existentes no concelho.

A ideia passa por dinamizar, desta forma, acções de formação e prestar igualmente apoio na área da informática à população residente, especificamente em matérias relativas à navegação na Internet.

Na cerimónia de apresentação da unidade móvel do net.sobre_



rod@s, o autarca tirsense Castro Fernandes não deixou de lembrar que este projecto permitirá que mais famílias disponham de acesso gratuito à Internet.

Segundo o edil socialista, a unidade móvel do net.sobre_rod@s pretende ser também “um

complemento à actividade escolar das crianças e, por outro lado, criar condições para um “acesso preferencial aos serviços online por parte dos adultos, evitando assim deslocações demoradas e desnecessárias.

PS de Vila Real de S. António inicia ciclo de formação autárquica

O PS de Vila Real de Santo António deu início ao Ciclo de Formação Autárquica, subordinado ao tema “Poder Local no Século XXI”, no passado dia 24 de Janeiro. A iniciativa contou com a participação do deputado Luís Pita Ameixa que fez uma intervenção subordinada ao tema “Atribuições e Competências do Poder Local”.

Perante uma sala repleta de público, Pita Ameixa, membro da Comissão Parlamentar de Poder Local, Ambiente e Ordenamento do Território, debruçou-se sobre a essência e natureza do poder local, sublinhando a sua “importância para o desenvolvimento concertado do país”.

Pita Ameixa fez também uma exposição alargada do quadro de competências e do regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias, assim como dos instrumentos de financiamento.

O ex-presidente da Câmara de Ferreira do Alentejo sublinhou



ainda o facto das autarquias locais existirem por “direito próprio”, sendo que a sua criação data de uma época anterior à criação do próprio Estado.

No final da sessão, Pita Ameixa manifestou-se satisfeito pelo “elevado nível de participação” nesta acção de formação, designadamente por estar a decorrer num concelho onde os socialistas não estão no poder.

“Isto demonstra o elevado interesse dos cidadãos por estas matérias e a capacidade do PS em mobilizá-los, através deste tipo de iniciativas de carácter formativo”, referiu o deputado.

Por seu turno, Jovita Ladeira, líder da Concelhia do PS/Vila Real de Santo António, considerou que tinha valido a pena fazer esta aposta numa acção de formação relacionada com o poder local, uma vez que, frisou, a resposta dada pelos vila-realenses foi “imensa e plena de vontade de adquirir conhecimentos para participar na construção de um futuro melhor para todos e no desenvolvimento sustentado do concelho”.

O Ciclo de Formação Autárquica prossegue, no próximo dia 7 de Fevereiro, com a presença do deputado Pedro Farmhouse, membro da Comissão Parlamentar de Poder Local, Ambiente e Ordenamento do Território, que abordará o tema “Os Órgãos Deliberativos”.

OPINIÃO



LUÍS MIGUEL FERREIRA
S. João da Madeira

Os resultados agora conhecidos não podiam ter sido mais claros sobre aqueles que começam a ser os impactos reais do Plano Tecnológico na base competitiva do nosso país

EIS, MAIS UMA BOA NOTÍCIA!

DEFINITIVAMENTE, a oposição tem andado completamente desorientada. Neste último debate na AR, por exemplo, o PSD decidiu orientar o seu foco para um relatório sobre as políticas educativas no 1º ciclo. Mas não interessava falar do conteúdo, porque as notícias eram favoráveis ao Governo! Interessou antes ao PSD a tentativa de criação de um filme com um argumento que passasse por um incidente. Ficou demonstrado que a coisa não lhes correu bem!

Mas os resultados constantes desse relatório elaborado por peritos internacionais, não foram as únicas boas notícias da quinzena! É que Bruxelas publicou no passado dia 22 de Janeiro a edição 2008 do European Innovation Scoreboard (EIS). Trata-se do principal instrumento de monitorização do progresso dos países da União Europeia em matérias de inovação, um domínio chave para a competitividade e desenvolvimento económico e social dos Estados-membros.

A edição agora publicada revestia-se de carácter especial, uma vez que os dados nela contidos reportavam-se, na sua maioria, ao período 2006-2007 já influenciados, portanto, pela execução do Plano Tecnológico (PT), uma das principais bandeiras do actual Governo. Aliás, os próprios indicadores do PT foram inicialmente definidos tendo por base os indicadores deste Ranking Europeu da Inovação. Ora, os resultados agora conhecidos não podiam ter sido mais claros sobre aqueles que começam a ser os impactos reais do Plano Tecnológico na base competitiva do nosso País.

Em primeiro lugar, Portugal subiu da 22ª para a 17ª posição, passando a integrar o grupo dos países considerados “moderadamente inovadores”. Nas edições anteriores, Portugal nunca conseguiu sair do patamar abaixo, ou seja do grupo dos países em “catching-up”.

Em segundo lugar, Portugal foi o 5º país da UE27 que apresentou o maior progresso relativo, revelando-se mesmo “líder de crescimento” no seu grupo. O nosso país cresceu, aliás, a uma taxa superior ao dobro da média da UE27.

Em terceiro lugar, o país que mais progrediu na qualificação dos seus recursos humanos foi, precisamente, Portugal. Já nos efeitos económicos da inovação, Portugal apresentou o 5º maior crescimento da UE27. A 4ª melhor performance da UE em matérias de inovação por parte das empresas foi alcançada também por Portugal.

Em quarto lugar, Portugal apresenta, em vários indicadores medidos isoladamente, um crescimento muito acima do registado pelos seus parceiros europeus: é o 1º no crescimento das despesas em I&D por parte das empresas e no crescimento do nº de co-publicações científicas (público-privadas) por milhão de habitantes; é o 2º na taxa de crescimento da população que completou no mínimo a educação secundária; é o 3º no crescimento da educação superior na população entre 25 e 64 anos; é o 4º no crescimento do número de patentes por milhão de habitantes e também 4º no crescimento do emprego nos serviços de conhecimento intensivo.

Esta dinâmica de crescimento e de convergência com os padrões europeus mais avançados reflecte, por isso, mudanças estruturais importantes para as quais, há que reconhecer, não contribuíram apenas políticas públicas. A sociedade portuguesa, as empresas portuguesas e os portugueses em geral, mobilizados pela agenda do Plano Tecnológico, estão a dar todos os dias exemplos claros de que há hoje, em Portugal, mais inovação, mais tecnologia e mais conhecimento do que havia em 2005. E isto é que é verdadeiramente estrutural!

Portugal, como todos os países do mundo, não vive tempos fáceis. No entanto, estas novas características que se vão consolidando nos nossos alicerces mais profundos dão-nos esperança e confiança em relação ao futuro. É por isso que este EIS é uma boa notícia e é também por isso que a oposição anda, de facto, desorientada!

FUNDADORA DO PS/ALCÁCER DO SAL FALECEU MARIA CARMO ROCHA SANTOS

FUNDADORA do PS em Alcácer do Sal e ex-deputada à Assembleia da República, faleceu a camarada Maria Carmo Rocha Santos, “figura relevante da Revolução dos Cravos” e que teve “um papel muito importante no distrito de Setúbal”.

Em comunicado assinado pelo presidente da Federação de Setúbal, Vítor Ramalho, sublinha-se ainda o “papel relevante e de mérito” que Maria Carmo

Rocha Santos teve enquanto deputada.

“Dado que o Partido Socialista é um partido estruturante da nossa democracia”, a Federação de Setúbal considera “útil e importante relembrar a memória e o exemplo daqueles que contribuíram decisivamente para projectar o partido no que hoje ele é e o que representa na esperança e no futuro de Portugal”.

FEDERAÇÃO DE ÉVORA CONGRATULA-SE COM A CRIAÇÃO DA UNIDADE DE RADIOTERAPIA

A CRIAÇÃO de uma unidade de radioterapia no Hospital do Espírito Santo, em Évora, que servirá toda a população do Alentejo, foi saudada pela Federação local do PS, presidida pelo camarada Norberto Patinho.

“Finalmente um Governo, o Governo do PS liderado pelo camarada José Sócrates, concretiza esse sonho com a criação no Hospital do Espírito Santo em Évora, duma unidade de radioterapia com a finalidade de tratamento de doenças oncológicas”, refere um comunicado da Federação socialista, lembrando que “até agora os doentes com necessidade deste tipo de tratamentos são encaminhados, com todos os custos económicos e sociais para Lisboa, Faro ou Badajoz”.

Esta unidade de radioterapia será construída no edifício do Patrocínio e integrado no serviço de Oncologia do Hospital do Espírito Santo.

Trata-se, sublinham os socialistas eborenses, “de um investimento superior a oito milhões de euros que criará mais de 30 postos de trabalho muito qualificados e que tratará cerca de 1500 doentes por ano”.

O PS/Évora sublinha ainda que com este “importante empreendimento”, cuja primeira pedra será lançada hoje, 6 de Fevereiro, “mais uma vez se demonstra que só com o Governo do PS o Alentejo tem o tratamento que merece. Os outros falam. Nós fazemos”.



PS NAS COMUNIDADES ELEGE SECRETARIADOS

O PARTIDO Socialista vai realizar, nos próximos dias 13 e 14 de Fevereiro, um acto eleitoral sem precedentes nas comunidades portuguesas, em que 22 secções do partido no estrangeiro vão eleger os seus secretariados nos círculos da Europa (16) e fora da Europa (6).

De referir que é a primeira vez que o PS organiza um escrutínio tão alargado nas comunidades, o que ocorre na sequência da aprovação na Comissão Nacional do PS do passado dia 29 de Novembro das alterações aos estatutos que consagram a secção como a estrutura fundamental do partido no estrangeiro, em detrimento da federação, que revelou ter grandes problemas de funcionamento e de operacionalidade.

Nestas eleições haverá sete novas secções que elegem pela primeira vez o seu secretariado (Metz, Münster, Londres, Neuchatel, Zurique, Caracas e Winnipeg), enquanto em Paris e na Holanda se procedeu a uma fusão das respectivas secções.

Com esta reestruturação das estruturas no estrangeiro, o PS pretende dar um novo impulso ao partido nas Comunidades, passando as secções a funcionar com maior autonomia, flexibilidade e dinamismo.

Estas eleições vão decorrer na mesma altura em que se faz a eleição para o secretário-geral do PS e para os delegados ao Congresso de Espinho.

Paulo Pisco em Lyon e em Clermont-Ferrand

Entretanto, tiveram lugar encontros com os militantes e simpatizantes em Lyon e Clermont-Ferrand, uma visita ao consulado de Lyon, diálogo com alunos do ILCP sobre as comunidades portuguesas e visitas a várias associações, fizeram parte da visita que o director do Departamento Internacional e de Comunidades do PS, Paulo Pisco, fez àquelas cidades de 24 a 26 de Janeiro.

Entre os temas que estiveram em discussão, destaque para as questões relacionadas com o próximo Congresso do PS, em Espinho, de 27 de Fevereiro a 1 de Março, as eleições para os secretariados do PS nas Comunidades, as políticas para as comunidades e a inserção nas sociedades de acolhimento.

Paulo Pisco visitou as associações Pomba da Paz, de Bron, em Lyon, e Camponeses Minhotos, a Biblioteca e os Bem Unidos, em Clermont-Ferrand.

No dia 26, o director do Departamento de Comunidades do PS visitou o Consulado-Geral de Lyon e encontrou-se com o cônsul-geral, Joaquim Moreira Lemos, para discutir questões relacionadas com a comunidade portuguesa na região.

PS/Almada acusa Câmara de piorar zona pedonal

A MAIORIA comunista que governa Almada não sabe valorizar a zona central da cidade e é incapaz de criar uma zona pedonal “onde os espaços para peões são disputados por autocarros e outras viaturas”, acusa a Concelhia socialista.

Com a entrada em funcionamento do Metro Sul do Tejo (MST), grande parte do eixo central de Almada passou a zona pedonal com o objectivo de valorizar o comércio local e devolver o espaço público aos peões.

No entanto, denunciam os socialistas de Almada, apesar de toda esta zona estar sinalizada como pedonal, continua a ser invadida pelo intenso tráfego automóvel, uma realidade que tem motivado a contestação de um grupo de moradores.

Para o presidente da Concelhia do PS, António Mendonça Mendes, uma zona pedonal deve oferecer todas as condições para que os peões possam usufruir de um espaço que lhes pertence. Só que em Almada, explicou, “toda a zona pedonal tem cargas e descargas avulsas, circulam os automóveis, a autorização de circulação é regra e não excepção. Ao longo da avenida os bancos que, supostamente, ser-



viriam para que as pessoas tirassem partido do espaço público estão colados aos lugares de estacionamento, os autocarros circulam na zona pedonal”.

A pedonalização do eixo central de Almada estava prevista no Plano de Mobilidade Acessibilidades 21 “que custou muitos milhares de euros aos municípios de Almada”, sublinhou António Mendes, recordando que a comissão de acompanhamento deste plano, em 2002, chamou a atenção da edilidade Câmara para o “elevado

nível de exigência da concretização do plano, assim como para a gestão do modelo de deslocações preconizado”.

E considerou que “é uma vergonha Almada ter a zona pedonal mais movimentada do mundo, onde os espaços para peões são disputados por autocarros e outras viaturas”, criticando ainda a criação, pela autarquia, de uma empresa municipal para gerir o estacionamento, “não sendo capaz de garantir o óbvio”, isto é, “uma zona pedonal para peões”.

Baixa de Lisboa ganha qualidade com novo plano de mobilidade da autarquia

A BAIXA de Lisboa vai ganhar mais espaço e qualidade para os peões na faixa ribeirinha e na Praça do Comércio, mantendo-se, porém, acessível ao transporte individual nos moldes actuais, garantiu o presidente da autarquia alfacinha, António Costa, em recente conferência de Imprensa sobre o novo modelo de circulação nesta zona da cidade.

Na ocasião, o camarada António Costa sublinhou que o objectivo do novo plano passa essencialmente por tornar a Baixa pombalina “mais acessível, com mais conforto e segurança, com mais qualidade do ar e menos ruído”, visando ainda “devolver o rio às pessoas”.

O modelo de mobilidade, porém, “não vai proibir o trânsito privado na Baixa, mas apenas eliminar 70% do tráfego (5500 carros/hora, nos períodos de maior tráfego) que usa aquela “jóia da Coroa” como “atalho para atravessar Lisboa”, declarou Costa.

Estes números – referiu o edil socialista – constam de estudos realizados em 2004/05 e 2006 e confirmados por contagens efectuadas pelo sistema de tráfego da Câmara.

O autarca referenciou igualmente medições efectuadas à qualidade do ar na Avenida da Liberdade em estudos elaborados pela Faculdade



de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, e outros sobre o ruído na Baixa, como suporte para as medidas tomadas.

E acrescentou que todos os dados apontam para a “impossibilidade” de manter os actuais volumes de tráfego naqueles locais por serem “incomportáveis” para o património e para a qualidade de vida dos cidadãos.

“Mais residentes na Baixa, mais habitação, mais qualidade de vida e mais segurança” são outros objectivos do novo modelo de circulação, segundo António Costa, que fez questão de deixar claro que o novo plano de mobilidade não impede o acesso aos veículos particulares às colinas do Chiado nem do Castelo.

No final da conferência, António Costa afirmou estar consciente dos “receios” dos comerciantes sobre o novo plano de mobilidade na zona, garantindo não haver razões para preocupações, uma vez que os comerciantes vão ter uma Baixa “melhor a todos os níveis, incluindo para o comércio e com mais condições de segurança”.

A terminar, o presidente da Câmara de Lisboa manifestou estar aberto às sugestões dos lisboetas e das associações representantes de vários sectores.

Recorde-se que o novo modelo de circulação, apresentado pelo Executivo municipal em Dezembro último, está em fase de consulta pública.

Elisa Ferreira quer o Porto como o coração do Norte

RELANÇAR o Porto para que ele seja “o coração do Norte” é o objectivo central da candidatura socialista à presidência da autarquia portuense encabeçada por Elisa Ferreira.

A candidata do PS garantiu que vai a votos “claramente para ganhar” e propor aos portuenses “um modelo e um projecto para a cidade radicalmente diferente do actual”.

“Faço isto com a convicção de que será o melhor para a cidade”, declarou à Imprensa, sublinhando de seguida que “não podemos deixar passar muito tempo sem apanhar o comboio do progresso”, sob pena do Porto “cair numa certa irrelevância que não merece”.

Refira-se que a Concelhia socialista do Porto aprovou, no passado dia 24 de Janeiro, a escolha de Elisa

Ferreira como candidata do PS à presidência da autarquia local.

Elisa Maria da Costa Guimarães Ferreira é licenciada em economia pela Universidade do Porto, “Master of Arts” pela Universidade de Reading – Reino Unido e doutorada por essa mesma instituição inglesa.

Profissionalmente, é professora auxiliar da Faculdade de Economia do Porto (actividade suspensa), foi vice-presidente executiva da Associação Industrial Portuense (AIP) entre 1992 e 1994, e vice-presidente da Comissão de Coordenação da Região Norte, entre 1989 e 1992.

Presidiu à Comissão Executiva da Operação Integrada de Desenvolvimento do Vale do Ave (1990-1992) e foi subdirectora do Programa de Investigação

sobre Gestão de Recursos Hídricos financiado pela NATO e do Projecto de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos do Norte (entre 1986 e 1987), tendo sido co-responsável pela candidatura ao financiamento do Programa NATO-Powaters.

Elisa Ferreira foi deputada à Assembleia da República (de 2002 a 2004), ministra do Planeamento e titular da pasta do Ambiente durante os Governos liderados pelo camarada António Guterres.

É deputada do Parlamento Europeu (PE) desde Julho de 2004, onde integra como membro efectivo a Comissão Parlamentar dos Assuntos Económicos e Monetários e suplente na Comissão do Comércio Internacional.

No âmbito do PE, é membro efectivo da Delegação à Assem-



bleia Parlamentar paritária Ásia, Caraíbas e Pacífico da União Europeia e suplente na Delegação

para as Relações com os Países do Sudoeste Asiático e a Associação das Nações do Sudoeste Asiático.

António Brotas apresentou moção global ao XVI Congresso

“DEMOCRACIA e Socialismo” é o título da moção global de orientação política que tem como primeiro subscritor António Brotas e o apoio, entre outros, dos camaradas Raquel Reis, António Lopes Vieira e Viriato Wolfango de Macedo.

A moção foi apresentada publicamente na sede nacional do PS, no passado dia 4 de Fevereiro, propondo-se agora ser discutida no âmbito do XVI Congresso Nacional do Partido Socialista.

Como referem os subscritores desta moção global, a robustez da vida democrática no quotidiano do Partido Socialista constitui, desde o primeiro dia, um vector insubstituível da qualidade da democracia portuguesa.

O evoluir do regime democrático em Portugal, acrescentam, como em qualquer país, é em grande parte decidido em eleições entre os diversos partidos políticos.

Existem, no entanto, “outras eleições” não menos importantes para o futuro da democracia, que são as eleições internas dos partidos.

A democracia, defendem, “não existe quando os partidos funcionam de um modo internamente degradado”, e quem se pode opor a esta degradação, sublinham, quando ela exista, são, em primeiro lugar, os militantes dos partidos.

É por isso que em Portugal, afirmam, o PS é, e “vai continuar a ser”, o partido fundamental da democracia portuguesa.

É que os partidos à direita, afirmam os subscritores da moção “Democracia e Socialismo”, têm sempre uma solução “quase automática” para os vários problemas que o país



enfrenta. São receitas que passam invariavelmente por diminuir o papel do Estado.

Alimentou-se o mito, dizem, que a humanidade deveria confiar o seu futuro às simples leis do mercado, e o que estamos a observar “é uma crise donde ainda não sabemos como sair”, com um rosário de revelações sobre “fraudes, actos ilegais, incompetências e salários insultuosos”.

Alimentou-se a ideia de que a gestão devia substituir a política e o que estamos a ver “são os resultados nefastos destes princípios”.

Quanto às alternativas apresentadas pelos partidos à esquerda do PS, dizem ainda os subscritores desta moção global, o cenário apresenta-se, como regra, de mais fácil leitura, uma vez que “eles têm o hábito de simplificarem os problemas”.

Não esperando exercer responsabilidades governativas nos tempos mais próximos, dão primazia à política sobre a economia e, preocupando-se pouco em apresentar soluções, “exigem ao Governo do PS a solução imediata de problemas sociais que

eles dificilmente estariam à altura de os poderem resolver”.

Depois de analisarem algumas situações que o PS, em sua opinião, deve saber tratar a nível interno, os signatários da moção “Democracia e Socialismo” avançam com algumas propostas que passam pela defesa do Serviço Nacional de Saúde, por uma lei dos solos “que trave a especulação”, por leis fiscais mais justas, por uma maior atenção aos idosos, pela defesa do património e por um maior cuidado “na elaboração de uma lei das rendas urbanas”.

As obras públicas e a legislação criminal são outros dois pontos que merecem uma atenção muito especial por parte dos signatários desta moção global, defendendo, por um lado, que a população dever ser “efectivamente informada de todos os passos e iniciativas a serem tomadas no âmbito das obras públicas”, e, por outro lado, que a legislação criminal deverá ser olhada atentamente, “para evitar que nos tribunais as prescrições sejam usadas como um meio sistemático de evitar condenações”. R.S.A.

res **II** publica
FUNDAÇÃO

I Curso de
Formação
Política

O Sistema
Político
Português

Apresentação

O curso pretende proporcionar uma formação introdutória e geral acerca do funcionamento das instituições da democracia portuguesa, a partir de perspectivas jurídicas, sociológicas e políticas, que forneçam aos participantes um melhor conhecimento dos princípios, mecanismos e dinâmicas do sistema político português.

Metodologia

Cinco módulos, de quatro horas cada, ao longo de cinco semanas (terças e quintas entre as 21h e as 23h, sempre no ISCTE, em sala a indicar)

Programa

Módulo 1 – A identidade da democracia portuguesa.

Formador: José Medeiros Ferreira (Historiador, FCSH)
Datas das Sessões: 3 e 5 de Março de 2009 no ISCTE

Módulo 2 – O sistema de governo português.

Formador: Pedro Delgado Alves (Jurista, FDL)
Datas das Sessões: 10 e 12 de Março de 2009 no ISCTE

Módulo 3 – Sistemas e processos eleitorais.

Formador: Fernando Rocha Andrade (Jurista, FDUC)
Datas das Sessões: 17 e 19 de Março de 2009 no ISCTE

Módulo 4 – A comunicação política.

Formador: Gustavo Cardoso (Sociólogo, ISCTE) e Rita Espanha (Socióloga, ISCTE)

Datas das Sessões: 24 e 26 de Março de 2009 no ISCTE

Módulo 5 – O comportamento eleitoral dos portugueses.

Formadora: Marina Costa Lobo (Politóloga, ICS/UL)
Datas das Sessões: 7 e 9 de Abril de 2009 no ISCTE

Inscrição

Duração: Cinco semanas (cada módulo às terças e quintas, entre as 21h e as 23h).

Número de vagas: 50 (preenchimento de vagas sujeito a avaliação curricular)
Inscrições abertas a partir do dia 4 de Fevereiro. Envie o seu CV para geral@fundacaorespublica.pt

Matrícula: 40 euros. A pagar por cheque ou transferência bancária, até uma semana após a confirmação de aceitação da candidatura. Inclui certificado, documentação de apoio e número da revista Finisterra sobre O Poder Político e a Sociedade Civil.

Freeport: factos e manipulações

São tantas e tão grosseiras as falsidades e manipulações que se ouviram nas últimas semanas sobre o “caso Freeport” que a incompetência, por muita que seja, não basta para as explicar. Mas vamos aos factos.

COMEÇAMOS por ouvir dizer que o último Conselho de Ministros do segundo Governo Guterres teria, a três dias das eleições e na mesma reunião, aprovado o projecto Freeport e alterado os limites da Zona de Protecção Especial do Estuário do Tejo (ZPE), integrada na Rede Natura. A tese subjacente, repetida à exaustão, era que a alteração dos limites teria servido para tirar o projecto da ZPE, escapando assim à violação das regras ambientais da Rede Natura e tornando legal a aprovação do Freeport. Sabemos agora que isso é tudo mentira.

Primeiro, ao contrário do que foi dito, o projecto Freeport, como qualquer outro projecto em avaliação do impacte ambiental, não foi aprovado em Conselho de Ministros mas sim por mero despacho do secretário de Estado do Ambiente, de 14 de Março de 2002.

Segundo, a alteração dos limites da ZPE, essa sim aprovada em Conselho de Ministros, consta de um decreto-lei que só entrou em vigor a 25 de Maio de 2002, o que prova que o projecto Freeport foi aprovado ainda na vigência dos anteriores limites da ZPE - e, francamente, não é aceitável que jornalistas e comentadores experientes queiram atribuir relevância à data em que o Conselho de Ministros aprovou o decreto, fingindo que ignoram que uma lei só entra em vigor depois de promulgada pelo Presidente e publicada em “Diário da República”!

Terceiro, nem sequer é verdade que a alteração dos limites tenha colocado o Freeport fora da ZPE. A alteração dos limites, feita com base numa proposta técnica do ICN (que

o Governo seguinte, aliás, expressamente validou), destinou-se a corrigir diversos erros na delimitação da zona e teve até por efeito aumentar a área total da ZPE. Ora, um desses erros consistia na inclusão, manifestamente indevida, de áreas industriais em plena zona protegida. Com esse critério, o que passou a ficar fora dos novos limites da ZPE foi a área de implantação de algumas fábricas ali existentes, umas ainda em laboração e outras abandonadas, entre as quais uma fábrica de pneus da Firestone. Assim sendo, é falso que os limites tenham sido alterados “à medida” do projecto Freeport. Nem esse foi o critério, nem esse foi o resultado: o Freeport permaneceu dentro da ZPE em tudo o que excede a área da antiga fábrica da Firestone. Seja como for, a alteração dos limites foi totalmente irrelevante para a aprovação do projecto, visto que essa aprovação foi decidida ainda na vigência dos limites antigos e teria sempre de considerar o impacte do empreendimento na ZPE.

O golpe fatal nestas acusações infundadas acabou, aliás, por ser dado pela própria Comissão Europeia, a quem compete zelar pela salvaguarda das ZPE. Confrontada com uma queixa da Quercus contra o Freeport, apresentada em 2002, a Comissão Europeia decidiu arquivar o processo em Dezembro de 2005, por ter concluído que o projecto, estando implantado essencialmente numa área industrial abandonada, não prejudicava os valores ambientais da ZPE.

Não menos absurda é a ideia de que a alteração dos limites, ainda que juridicamente posterior à aprovação



do projecto, visaria sanar, a posteriori, uma alegada ilegalidade do licenciamento por este violar a Portaria de 1999 que aprova o Regulamento do Plano de Gestão da ZPE. Desde logo, é evidente que a alteração posterior dos limites da ZPE, não tendo efeitos retroactivos, não teria nunca o poder mágico de sanar uma ilegalidade que tivesse sido anteriormente cometida. Mas essa ilegalidade nem sequer existe. O facto de a referida Portaria assumir, como objectivo genérico do Plano de Gestão, o propósito de “manter o carácter rural do espaço” não permite, de modo nenhum, sustentar a ilegalidade de um determinado licenciamento, sobretudo quando se invoca um objectivo que, por definição, só é aplicável aos espaços de “carácter rural” - como será óbvio para qualquer pessoa de boa-fé, não é possível “manter” o carácter rural de uma fábrica de pneus! Toda esta ideia, que surge já em desespero de causa, não passa, portanto, de um completo absurdo.

A verdade é que a autorização ambiental do “Freeport” foi um acto legal e respeitador do ambiente. De resto, em sete anos (!) essa legalidade nunca foi sequer contestada em nenhum Tribunal e a única queixa apresentada em Bruxelas foi arquivada pela Comissão Europeia, por não ter fundamento.

Do mesmo modo, e como explicou

o professor Freitas do Amaral, não tem qualquer fundamento constitucional a teoria de que um Governo de gestão não poderia praticar o acto administrativo de emitir uma simples declaração de impacte ambiental, ainda por cima conforme com o parecer técnico dos serviços. A jurisprudência do Tribunal Constitucional impede claramente uma interpretação tão restritiva.

Tudo visto, quanto à decisão do Ministério do Ambiente sobre o projecto Freeport, não restam mais do que suspeições infundadas. Na base delas, estaria o facto de o projecto ter sido aprovado com “anormal celeridade”. Mas também isso não corresponde aos factos. O projecto Freeport esteve em apreciação no Ministério do Ambiente de 1999 a 2002, tendo sido avaliado três vezes e só à terceira foi aprovado. Foi tudo menos um processo célere. Naturalmente, não pode comparar-se o prazo da terceira avaliação de um projecto já conhecido, com o prazo de uma primeira ou mesmo segunda avaliação. Nessa fase final o Ministério do Ambiente tinha apenas de verificar se o projecto incorporava as alterações anteriormente exigidas. A verdade é que o projecto só foi aprovado quando os promotores, finalmente, o alteraram - e não foi pouco: eliminaram um hotel, uma dis-

coteca, um health club, um bowling e um estacionamento subterrâneo. Para além disso, reduziram o número de lugares de estacionamento para quase metade. Isto significou reduzir a área total de construção em 25% e a área de construção do estacionamento em 50%. O projecto aprovado à terceira era, pois, bem diferente do projecto recusado na segunda avaliação de impacte ambiental. E essa foi a única razão porque foi aprovado.

A quantidade de falsidades e manipulações, de facto, impressiona. Chegou a falar-se de “irregularidades” por alegado incumprimento (aliás, inexistente) do que se veio a revelar uma mera recomendação da Assembleia da República; invocou-se a violação de “compromissos” com a Comissão Europeia que ninguém foi capaz de identificar; referem-se reuniões que não existiram, em datas impossíveis; mails onde afinal não se lê o que se garantia lá estar escrito.

Entretanto, as fugas de informação revelaram-se selectivas: num dia garantem-nos que as suspeitas são dos ingleses, no outro percebe-se que vêm de cá. Mais: tentam esconder-nos que se baseiam numa carta anónima e em elementos recolhidos numa “fase embrionária” do processo, os quais, como garante a Procuradoria-Geral da República, não permitem sustentar qualquer suspeita. Ora, nós sabemos bem o que significa a “fase embrionária” deste processo. Conforme se provou em Tribunal, essa foi a fase que se cruzou, nas palavras ternurentas de Pacheco Pereira, com a “campanhazinha negra” que marcou a campanha eleitoral de 2005. Também agora, a verdade virá ao de cima. Cabe à investigação fazer o seu trabalho, com a brevidade possível, e apurar a verdade - toda a verdade. Para que se faça Justiça. Mas também para que se defenda o Estado de Direito democrático.

Santos Silva quer saber o que pensa Ferreira Leite de campanha mentirosa da JSD

A CAMPANHA de ataque pessoal fundada em mentiras, lançada pela JSD contra José Sócrates, levou o ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, a questionar a líder do PSD se concorda com a mesma.

Santos Silva referia-se aos cartazes afixados pela estrutura juvenil do PSD, que mostram uma montagem fotográfica do primeiro-ministro com um nariz de Pinóquio e lhe atribuem a promessa incumprida de criar 150 mil novos

postos de trabalho.

“Não pode haver duplicidades. Gostaríamos de saber o que a direcção do PSD e a sua líder pensam desta campanha, fundada em mentiras”, disse o ministro, acrescentando que “não podemos ter a atitude fingida de deixar passar campanhas baixas que são outras que fazem por nós”.

Sublinhando que a JSD é uma organização sob a alçada do PSD, Santos Silva considera que,

por isso, “temos o direito de perguntar qual é a sua opinião”.

Para o ministro dos Assuntos Parlamentares, estamos perante um “regresso” da JSD “à campanha política de ataque pessoal, fundada em mentiras”, tal como a que a estrutura laranja lançou em 2005, com os cartazes que sob a fotografia do primeiro-ministro questionavam: “Sabe mesmo quem é este homem?”

Mais uma vez, acusou, “substitui o confronto

democrático por ataques pessoais, baseados em mentiras e falsidades”.

O ministro rejeitou que José Sócrates tenha prometido, como referem os cartazes, criar 150 mil novos postos de trabalho, relembrando que o “objectivo político expresso era de recuperar 150 mil postos de trabalho perdidos”.

“Até termos sido atingidos pela crise, a economia portuguesa tinha já, de facto, criado 130 mil postos de trabalho”, frisou.

Acção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

www.accaosocialista.net

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt, Mary Rodrigues mary@ps.pt, Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt ■ **Secretariado** Virgínia Damas virginia@ps.pt ■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X ■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa